

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DE MATEMÁTICA E NATUREZA – CCMN  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGEO  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

## ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE TOMATE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ (RJ)

**EDUARDO SOL OLIVEIRA DA SILVA**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências de Matemática e Natureza, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, como pré-requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

ORIENTADORA: JÚLIA ADÃO BERNARDES

Rio de Janeiro

2008

Silva, Eduardo Sol Oliveira

ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR  
DE TOMATE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ (RJ)

Rio de Janeiro – UFRJ, 2008

Dissertação: Mestrado em Geografia

I . Universidade Federal do Rio de Janeiro

II. Agricultura Familiar; Comercialização; Circuitos  
Espaciais de Produção

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Júlia Adão Bernardes**

---

**Prof. Dr. Glaucio José Marafon**

---

**Profa. Dra. Ana Maria de Souza Mello Bicalho**

---

**Prof. Dr. Carlos Alberto Franco da Silva**

*Para Meus Pais, Irmãos e Amigos  
que trilham comigo essa emocionante  
jornada que se chama vida!*

## **Agradecimentos**

***Eu poderia estar cometendo uma injustiça se resolvesse aqui nomear todas as pessoas amigas. Certamente, esqueceria o nome de pessoas queridas. Para evitar tal falha, elejo o nome de Deus para representar o meu agradecimento a todos/todas que têm batido palmas para as minhas vitórias ou estendido a mão nos meus tropeços.***

***Em especial à minha orientadora Júlia Adão Bernardes por toda confiança que depositou em mim, me encorajando nas horas mais difíceis deste trabalho acadêmico.***

***Ao grande amigo Gláucio José Marafon, que sempre esteve presente e deixa novamente uma grande contribuição na minha trajetória acadêmica.***

***E à Ana Maria S. M. Bicalho, que aceitou participar dessa banca e já na qualificação norteou grande parte deste trabalho.***

***À todos que participaram diretamente das entrevistas realizadas ao longo desse trabalho, obrigado pelo seu tempo.***

## RESUMO

O estudo aborda a agricultura familiar no município de São José de Ubá, localizado na região Noroeste Fluminense – RJ, com o objetivo de compreender a inserção da produção familiar de tomate na rede de comercialização.

Destarte, analisamos a forma de inserção do produtor de tomate e o seu grau de subordinação na cadeia agroindustrial. Percebemos uma lógica de comercialização que beneficia quase que integralmente as grandes indústrias produtoras de insumos e os intermediários. É importante ressaltar que a presença do Estado na garantia de benefícios mínimos aos pequenos produtores se faz necessário, atuando principalmente na organização e no planejamento da estrutura de comercialização.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; comercialização e circuitos espaciais de produção.

## ABSTRACT

The study has the objective of understand the insertion the production of tomatoe and the commercialization net of family farms in Jose de Ubá, located in the Northwest region at Rio de Janeiro state. We analyze the form of insertion of the tomatoe producer and its degree of subordination in the industrial chain. We perceive an commercialization logic that benefits almost that integrally the great producing industries of insumos and the intermediate. It is important to stand out that the presence of the State in the guarantee of minimum benefits to the small producers if makes necessary, acting mainly in the organization and the planning of the commercialization structure.

key words: family farm; commercialization and circuits spatial of production.

## Sumário

<b>DEDICATÓRIA</b>	IV
<b>AGRADECIMENTOS</b>	V
<b>RESUMO</b>	VI
<b>ABSTRACT</b>	VII
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	VIII
<b>LISTA DE QUADROS</b>	IX
<b>LISTA DE TABELAS</b>	X
<b>INTRODUÇÃO</b>	12

### Capítulo 1

<b>ABORDAGEM TEÓRICA</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Definição e Classificação da Agricultura</b>	
<b>Familiar</b>	<b>18</b>
<b>1.2 A Permanência das Formas Familiares de         Produção na Agricultura Contemporânea</b>	<b>26</b>
<b>1.3 A Pluriatividade como Estratégia de Sobrevivência</b>	<b>33</b>
<b>1.4 A Modernização da Agricultura no Brasil         e a Formação dos Complexos Agroindustriais</b>	<b>35</b>
<b>1.5 As Redes e o Novo Padrão Técnico-Produtivo         no Estabelecimento de Relações Sociais</b>	<b>40</b>

### Capítulo 2

<b>CONDIÇÕES QUE FAVORECERAM A IMPLANTAÇÃO DO CULTIVO DO TOMATE EM SÃO JOSÉ DE UBÁ</b>	<b>50</b>
<b>2.1 Transformações Sócio-Espaciais da Agricultura         no Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>51</b>
<b>2.2 Transformações Sócio-Espaciais da Agricultura</b>	

no Noroeste Fluminense	63
2.3 Breve Histórico da Formação de São Jose de Ubá	72
2.4 O Processo de Organização da Produção de Tomate em São José de Ubá	75
2.5 Estrutura Fundiária em São José de Ubá	79
2.6 Recursos de Capital: Pronaf e o Crédito Rural	84

### **Capítulo 3**

O CIRCUITO PRODUTIVO DO TOMATE:

COMERCIALIZAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

DA AGRICULTURA FAMILIAR **90**

3.1 A Falência do Mercado do Produtor Rural e o Processo de Subordinação do Agricultor no Circuito de Comercialização	91
3.2 Opção de Compra: Uma Estratégia de Comercialização das Grandes Firms Compradoras de Tomate	93
3.3 O Circuito Produtivo do Tomate em um Mercado Desigual e Competitivo	97
3.4 Depoimentos dos Produtores Familiares Entrevistados	103

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** 121

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** 124

**ANEXOS** 129

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1: PORCENTAGEM DE ÁREA OCUPADA POR ESTABELECIMENTOS ATÉ 100 HA EM 2002_____	57
MAPA 2: PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO POR REGIÕES_____	58
MAPA 3: LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE_____	68
MAPA 4: FLUXOS ESPACIAIS DA PRODUÇÃO DE TOMATE_____	102
FOTO 1: LAVOURA DE TOMATE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ_____	132
FOTO 2: PÉ DE TOMATE AINDA VERDE_____	132
FOTO 3: VISTA PANORÂMICA DA LAVOURA DE TOMATE_____	133
FOTO4: MAQUINÁRIO AGRÍCOLA PARA AUMENTO DE PRODUTIVIDADE_____	133
FOTO 5: IMPLEMENTO DE AGROTÓXICO NA LAVOURA DE TOMATE_____	134
FOTO 6: PRODUTORES FAMILIARES_____	134

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: CLASSIFICAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO BRASIL_____	21
QUADRO 2: CLASSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO BRASIL_____	24
QUADRO 3: DIFERENÇA ENTRE PROPRIEDADES PATRONAIS E FAMILIARES_____	25
QUADRO 4: RELAÇÃO ENTRE PROPRIEDADE E FAMÍLIA_____	32
QUADRO 5: GRUPO D CUSTEIO_____	36
QUADRO 6: GRUPO D INVESTIMENTO_____	37
QUADRO 7: IDADE_____	104
<b>QUADRO 8: TEMPO NA ATIVIDADE AGRÍCOLA_____</b>	<b>105</b>
<b>QUADRO 9: ESCOLARIDADE DO INFORMANTE_____</b>	<b>106</b>
<b>QUADRO 10: FORMAS DE ACESSO À TERRA_____</b>	<b>107</b>
<b>QUADRO 11: FAMÍLIAS QUE RESIDEM NA UNIDADE DE PRODUÇÃO__</b>	<b>108</b>
<b>QUADRO 12: PRINCIPAL FONTE DE RENDA_____</b>	<b>109</b>
<b>QUADRO 13: ASSISTÊNCIA TÉCNICA_____</b>	<b>111</b>
<b>QUADRO 14: PRODUÇÃO/ COMERCIALIZAÇÃO_____</b>	<b>114</b>
<b>QUADRO 15: FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO_____</b>	<b>117</b>

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL E CONDIÇÃO DO PRODUTOR	59
TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL E CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS	60
TABELA 3: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO CATEGORIAS FAMILIARES POR TIPO DE RENDA E PATRONAL. ESTADO DO RIO DE JANEIRO	62
TABELA 4: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL E CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS	69
TABELA 5 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL E CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS	69
TABELA 6 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR	70
TABELA 7: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR	70
TABELA 8: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR LAÇO DE PARENTESCO COM O PRODUTOR - PRIMEIROS RESULTADOS DE 2006	71
TABELA 10: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO: CATEGORIAS FAMILIARES POR TIPO DE RENDA E PATRONAL. SÃO JOSÉ DE UBÁ (RJ)	79
TABELA 11: QUANTIDADE PRODUZIDA, VALOR DA PRODUÇÃO, ÁREA PLANTADA E ÁREA COLHIDA DA LAVOURA TEMPORÁRIA SÃO JOSÉ DE UBÁ – RJ	80
TABELA 12: TIPO DE TECNOLOGIA EMPREGADA CATEGORIAS FAMILIARES POR TIPO DE RENDA E PATRONAL	81

TABELA 13: ESTABELECIMENTOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO  
PRODUTOR. CATEGORIAS FAMILIARES POR TIPO DE RENDA E  
PATRONAL\_\_\_\_\_82

TABELA 14: PESSOAL OCUPADO  
CATEGORIAS FAMILIARES POR TIPO DE RENDA E PATRONAL\_\_\_\_\_83

## INTRODUÇÃO

O circuito espacial que envolve a produção familiar de tomate em São José de Ubá é a questão central analisada nesse trabalho. Escolhemos o município, localizado no noroeste fluminense, devido à forte influência da produção agrícola na economia local e ao estabelecimento de relações trans-escalares no interior da cadeia agroindustrial, convergindo o local e o global em uma mesma dinâmica de interesses.

Estabelecemos como delimitação temporal o período da segunda metade do século XX até o presente. Um recorte temporal com tal dimensão tornou-se necessário para contextualizarmos a trajetória e o ambiente socioeconômico em que se estruturou a produção de tomate em São José de Ubá. Nesse sentido, o percurso analítico abordou, em uma perspectiva processual, a constituição de pequena propriedade rural, redes de comercialização e subordinação da agricultura aos complexos industriais.

Adotamos a segunda metade do século XX porque nesse período a produção de tomate emerge como a principal atividade econômica e, de outro, foram criadas as condições para a consolidação de uma rede de comercialização centralizada no município, a exemplo do Mercado do Produtor e dos comerciantes de implementos agrícolas, pontos fixos do circuito de transações onde são estabelecidas as comercializações de insumos (sementes, agrotóxicos e adubos), oriundos de países como Holanda e Israel funcionando ao mesmo tempo como local de escoamento da produção de tomate, que atualmente se destina a vários

estados das regiões sudeste, sul, nordeste e ainda países, como a Argentina e o Uruguai.

O circuito espacial em questão desencadeou a difusão da pequena propriedade rural com tamanha expressividade que a estrutura produtiva fundada no tomate, na pequena propriedade e no trabalho familiar, efetivou e possibilitou a ocupação do território de São José de Ubá.

A opção política pela agricultura familiar contribuiu para ampliar as discussões acadêmicas sobre essa forma de organização da produção. Estruturado agora em torno do conceito de agricultura familiar, que é entendido como uma categoria de análise genérica, mas que combina simultaneamente família, trabalho e propriedade. Sob essa perspectiva de análise e no âmbito dos circuitos espaciais de produção, conduzimos a compreensão da reprodução da forma de organização da cultura do tomate em São José de Ubá.

Durante todo o percurso da dissertação estaremos atrelados ao seguinte questionamento: de que forma a pequena produção familiar em São José de Ubá está inserida na rede de comercialização? Outrossim, a discussão abre espaço para uma indagação secundária, onde nos perguntamos: em que medida sua inserção nessa rede e complexo agroindustrial significa maior subordinação aos agentes externos ao campo?

A partir desses pressupostos, pode-se afirmar que no contexto desse circuito produtivo a pequena produção familiar não garante continuidade da sua reprodução viável e lucrativa a longo prazo, na medida em que seu nível de subordinação aos agentes controladores do circuito de produção e

comercialização mantém a dependência dos mesmos, vinculados a um único produto dificultando o desenvolvimento de estratégias que garantam a autonomia.

Para dar conta da problemática do ponto de vista teórico-conceitual, trabalhamos com os conceitos de agricultura familiar, redes de comercialização e interações sócio-espaciais abordados por Schneider, Sacco dos Anjos, Lamarche, Corrêa, Santos e muitos outros. Em termos de dados primários analisamos as informações obtidas através das entrevistas realizadas com os agricultores familiares, técnicos e extensionistas da Emater<sup>1</sup>, revendedores de insumos agrícolas, representantes de firmas compradoras de tomate, secretário municipal de agricultura, chefe de gabinete municipal e o prefeito. Para fins analíticos, estruturamos a compreensão da produção de tomate em três eixos temáticos: o referencial teórico, o processo de ocupação (a partir das formas de organização da produção familiar no estado do Rio de Janeiro e no município de São José de Ubá) e o nível de inserção dos produtores nas redes de interação da produção.

No primeiro eixo, buscamos um referencial teórico baseados nos conceitos de agricultura familiar<sup>2</sup>, onde estabelecemos uma discussão sobre a definição e classificação da agricultura familiar, as formas de inserção do modo de produção, a viabilidade econômica e os processos históricos de marginalização. O conceito de redes geográficas, escalas e circuitos espaciais da produção também são analisados, junto com o processo de modernização da agricultura e os complexos agroindustriais.

---

<sup>1</sup> Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Realizamos entrevistas no comando central da Emater em Niterói, na Emater regional do noroeste fluminense em Itaperuna e na Emater local em São José de Ubá.

<sup>2</sup> ABRAMOVAY (1992), BLUM (1999), LAMARCHE (1993), SACCO DOS ANJOS (2003), SCHNEIDER (2003), WANDERLEY (1994) e WILKINSON (2003).

No segundo eixo procuramos detectar o contexto histórico em que surge e se desenvolve a produção familiar no estado do Rio de Janeiro e na Região Noroeste Fluminense a partir de uma análise de dados secundários, e ainda, como se desenvolve a produção de tomate no município de São José de Ubá.

No terceiro eixo analisamos as condições em que se processam a produção agrícola e a comercialização do tomate na agricultura familiar. Nesse sentido, trabalhamos com informações relacionadas à inserção do agricultor familiar nas políticas agrícolas atuais (como o acesso ao crédito rural ou à assistência técnica), à incorporação de tecnologias, à estrutura da cadeia de comercialização, ao nível de subordinação do agricultor familiar e as possibilidades de reprodução da sua condição enquanto produtor.

Nas considerações finais procuramos responder aos questionamentos e apontamos algumas idéias que podem contribuir para atenuar o nível de subordinação da pequena produção e diversificar as fontes de renda a partir de ações provenientes do Estado e dos próprios agricultores familiares.

Este trabalho de pesquisa foi pensado no ano de 2003, quando ainda estudante da graduação estive em São José de Ubá pela primeira vez. Em uma primeira visita percebi que o município “vivia” em torno da agricultura e especificamente da produção de tomate. Contudo, naquele momento não tinha idéia do grau de relações que um município do interior do estado do Rio de Janeiro e aparentemente sem uma grande expressão urbano-industrial teria com grandes metrópoles no Brasil e estaria fazendo parte da vida de milhares de pessoas através do consumo de um produto. Durante os anos posteriores realizei

outros seis trabalhos de campo afim de vivenciar a dinâmica municipal e descobrir as principais problemáticas que envolviam a produção do tomate.

A partir de muitas conversas e questionamentos procurei identificar o principal problema relacionado à produção de tomate nas propriedades familiares e me aventurei a estudá-la, na expectativa de deixar, pelo menos, um fragmento de possibilidade ou alternativa às perversidades das relações no mercado.

**CAPÍTULO 1**  
**ABORDAGEM TEÓRICA**

No primeiro capítulo é abordada a parte teórica do trabalho, onde se faz necessário uma discussão sobre o conceito de agricultura familiar. Dessa maneira realizamos uma pesquisa sobre a definição da agricultura familiar e a diferenciação das formas familiares de produção de hoje em relação ao passado. Propomos ainda uma classificação da agricultura familiar de acordo com sua integração com o mercado e, por fim, analisamos a dinâmica da modernização da agricultura no Brasil e o estabelecimento de redes de interações sócio-espaciais.

## **1.1 DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

O processo de transformação da agricultura contemporânea não determinou necessariamente a integral destruição das formas não-capitalistas de produção e sua imediata substituição pelas explorações de caráter capitalista. Contudo, é possível perceber que no grupo dos países industrializados não é mais possível identificar as explorações camponesas, mas sim explorações familiares, próximas àquelas, mas com grandes diferenças.

Lamarche (1993) afirma que a exploração camponesa é de caráter familiar, mas, ao contrário, nem todas as explorações familiares são de caráter camponês. A definição é baseada no grau de vinculação com os mercados, fato que repercute no maior ou menor nível de autonomia destas unidades de produção.

A discussão sobre a agricultura familiar e o campesinato é antiga, e nos últimos anos tem sido implementada por autores como Abramovay (1992), Wanderley (1994), Lamarche (1998), Fernandes (2002) etc.

Com o aumento do número de estudos que discutem a problemática dos agricultores familiares no século XXI, surge também uma diversidade<sup>3</sup> de conceitos. Muitos desses trabalhos ora tratam o agricultor familiar e o camponês como iguais, ora como diferentes. Bernardo Mançano Fernandes, por exemplo, em seu trabalho *Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar* (2002), faz o resgate do conceito de camponês e explica que o uso do conceito de agricultura *familiar* muitas vezes é supérfluo e de grande força teórico-política. O autor argumenta:

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de *agricultura familiar* com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de *agricultura familiar*, é necessário demarcar bem o território teórico.

Em um outro estudo, Fernandes (2002) acrescenta que:

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalista de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito.

---

<sup>3</sup> Jollivet (1974) defende a conservação do binômio “unidade/ diversidade” como postulado fundamental. Segundo este autor, “o erro seria considerar unidade e diversidade como termos que se excluem mutuamente. Trata-se de reencontrar no múltiplo diferentes formas do mesmo”. (Jollivet 1974 apud Wanderley, 1994:4)

Em suas obras, Fernandes demonstra que a figura do camponês caminhou por alguns sistemas de organização da vida social e sobrevive até os dias de hoje – com relações capitalistas e não-capitalistas de produção – principalmente dentro dos movimentos sociais, como é o caso do MST – Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra. O autor opõe-se assim à idéia de que os agricultores familiares representam o novo, o moderno e o progresso; e os camponeses, o velho, o arcaico e o atrasado.

O autor considera ainda que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e se constitui como uma classe social deste modo de produção. Segundo Marques (2002) o campesinato não é apenas um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Este pode ser entendido como uma classe social que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. Dessa maneira, se por um lado o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (Marques, 2002).

Devemos salientar que os conceitos de camponês e agricultura familiar são amplos e têm as suas especificidades. Porém, consideramos que o conceito de agricultura familiar incorpora o conceito de camponês a partir de uma classificação proposta pela FAO/ INCRA (2000) (Quadro 1).

**QUADRO 1: CLASSIFICAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO  
BRASIL.**

<b>CONSOLIDADOS</b>	São produtores considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades, buscam assistência técnica e creditícia, possuindo bom poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próximo a 50 ha.
<b>EM TRANSIÇÃO</b>	São produtores de menor esclarecimento que os consolidados, buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próximo a 20 ha.
<b>PERIFÉRICOS OU DE SUBSISTÊNCIA</b>	A utilização do crédito rural é nula ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele. Geralmente tem dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade. Também considerado agricultor que mais se aproxima do camponês tradicional, onde a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. São propriedades geralmente menores de 50 ha com concentração abaixo de 20 ha.

Fonte: FAO/ INCRA 2000.

Segundo Wanderley (1999), a *agricultura familiar* é um conceito genérico, que inclui uma diversidade de situações específicas e particulares; ao campesinato corresponde uma dessas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade (Silva, 2002).

A autora considera que o campesinato tradicional “tem particularidades que o especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 1996, p. 23).

Podemos ainda tecer as considerações de Henri Mendras (1976) acerca de alguns traços característicos das sociedades camponesas: “Uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global”.

Assim, a agricultura de propriedade familiar é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma propriedade adequada à atividade agropecuária<sup>4</sup>. Desta forma, segundo a classificação da FAO/ INCRA (2000) e Molina Filho (1979), os agricultores familiares estariam classificados em três eixos:

---

<sup>4</sup> As propriedades não podem ter mais do que quatro módulos fiscais no caso do Estado do Rio de Janeiro.

consolidados, em transição e periféricos ou de subsistência (Silva, 2002), conforme exposto no quadro 1.

Os dois primeiros são produtores com maiores desenvolvimentos no mercado, onde a busca por assistência técnica e creditícia ocorrem com maior frequência. Neste caso, o uso de média/alta tecnologia (máquinas, insumos, defensivos etc) é inevitável, sendo considerada uma agricultura dinâmica e de trabalhadores “qualificados” de acordo com o padrão capitalista. Esses agricultores também obtêm bons rendimentos de produtividade e lucro, sendo os modelos mais próximos de uma empresa rural familiar, contudo, inseridos em todos os padrões de agricultura familiar capitalista exigido pelo mercado (Silva, 2002).

O terceiro grupo, de Agricultores Periféricos ou de Subsistência, são aqueles onde a utilização do crédito é praticamente nula, sendo propriedades de baixa tecnologia e produtividade. Ressaltamos assim que o comportamento deste agricultor é o que mais se aproxima do antigo camponês, visto que não mantém uma “dependência externa” e utiliza métodos tradicionais, com sua produção voltada para satisfazer as necessidades da família. A luta pela terra também é uma preocupação constante desse produtor rural, que, sobrevivendo muitas vezes como trabalhador sem-terra, é obrigado a ocupar as terras pertencentes ao outro extremo da sociedade rural, o latifúndio. Neste último caso, a influência da questão ideológica de luta pela terra e contra a “perversidade” do capitalismo prevalece na utilização do conceito de camponês (Silva, 2002).

É importante contemplar também uma classificação mais ampla e mais completa do sistema produtivo, permitindo um melhor entendimento do que hoje existe empiricamente no meio rural brasileiro (quadro 2).

## QUADRO 2: CLASSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO BRASIL

<b>PATRONAIS</b>	Latifúndio
	Empresa Capitalista
<b>FAMILIARES</b>	Consolidadas
	Em transição
	Periféricas ou de subsistência

Fonte: Blum, 1998.

As propriedades patronais são definidas como grandes extensões de áreas improdutivas – no caso dos latifúndios – ou produtivas – no caso das empresas capitalistas – cuja produção é voltada para o mercado. Essas propriedades, quando produtivas, utilizam mão-de-obra contratada em número maior que a produção familiar e ainda possuem atividades agrícolas ou de criação sempre em grande escala. O proprietário, na maioria das vezes, não mora na propriedade que, geralmente, são de médias a grandes (acima de 200 ha). A utilização de alta tecnologia (mecanização das culturas e uso de insumos) é freqüente, recorrendo também ao crédito rural para viabilizar a produção (Blum, 1998). O quadro três apresenta as principais diferenças entre as propriedades patronais e as familiares.

### QUADRO 3: DIFERENÇA ENTRE PROPRIEDADES PATRONAIS E FAMILIARES.

PATRONAL	FAMILIAR
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Completa separação entre gestão e trabalho.</li> <li>• Organização centralizada.</li> <li>• Ênfase na especialização.</li> <li>• Ênfase nas práticas padronizáveis.</li> <li>• Predomínio do trabalho assalariado.</li> <li>• Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho e gestão intimamente relacionados.</li> <li>• Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários.</li> <li>• Ênfase na diversificação.</li> <li>• Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.</li> <li>• Trabalho assalariado complementar.</li> <li>• Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.</li> </ul>

Fonte: Veiga, 2001

A carga da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor singular no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão se aglutinem tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante (Abramovay, 1998).

Em termos políticos, a desocultação e a superioridade da agricultura familiar serviram como pano de fundo para o reconhecimento dessa forma de organização da produção como a protagonista do desenvolvimento rural. A mudança no direcionamento da política agrícola levou à criação em 1994, de um programa específico para a agricultura familiar, o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF. Inúmeras críticas foram atribuídas ao programa,

evidenciando algumas limitações que transitam pelo valor dos créditos concedidos, pelo conceito empregado na definição do universo familiar, entre outras. No entanto, a criação do PRONAF representa um avanço na condução das políticas públicas para a agricultura familiar, considerado “historicamente um setor bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidade enquanto forma social de produção” (WANDERLEY, 1996, p. 38)

A criação do PRONAF, em suas diversas linhas de financiamento, ampliou as perspectivas de reprodução socioeconômica da agricultura familiar. A concessão de créditos subsidiados pelo programa não deve ser considerada como uma medida assistencialista para agricultores empobrecidos, pelo contrário, a pertinência dos subsídios é totalmente cabível, face as particularidades da agricultura em relação à sua subordinação à dinâmica da natureza e que a torna um setor produtivo especial da economia. As particularidades da agricultura tornam a velocidade de rotação do capital mais lenta e justificam a manutenção dos subsídios para compensar essa desvantagem em relação à dinâmica da indústria, por exemplo.

## **1.2 A PERMANÊNCIA DAS FORMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA CONTEMPORÂNEA<sup>5</sup>**

A partir das reflexões anteriores, é necessário tecer algumas considerações importantes da agricultura familiar no âmbito da sociologia rural, analisando alguns

---

<sup>5</sup> Baseado na obra de Schneider (2002).

estudiosos do pensamento social crítico que elaboraram análises distintas sobre a permanência das formas familiares na agricultura contemporânea.

As primeiras concepções são de Mann e Dickinson que analisaram os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Segundo os autores, as razões que explicam a resistência das formas sociais não-capitalistas e/ ou familiares na agricultura devem ser compreendidas nas singularidades que caracterizam a agricultura, especificamente no fato de que a terra e a produção agrícola impõem empecilhos naturais (de ordem biológica), que acabam limitando a exploração capitalista dos recursos naturais. Por este motivo, os autores destacam que a produção agrícola se diferencia claramente dos outros processos produtivos cujos fatores e os meios de produção podem ser reproduzidos de modo artificial, como as atividades industriais (Schneider, 2002).

Mann e Dickinson abordam a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção dos gêneros agrícolas. Dentro do capitalismo a agricultura preserva as suas especificidades em relação ao tempo, já que o trabalho realizado nas etapas de produção – preparo do solo, plantio, manejo e colheita – é realizado num tempo inferior ao tempo que cada cultivo necessita para o seu desenvolvimento natural. Há uma etapa em que a agricultura depende apenas da natureza, sendo difícil para os mecanismos do sistema capitalista dominar este meio de produção, mesmo que com a elevação do padrão técnico o tempo tenha sido reduzido (Schneider, 2002).

Dessa forma, essas particularidades constituem-se fatores que oferecem obstáculos à dinâmica do capital, o que pode explicar a preferência que o capital

desperta por outras atividades onde a margem de lucro é superior. Segundo Mann e Dickinson (p. 478) apud Schneider.

Ao contrário da indústria propriamente dita, onde o tempo de trabalho e o tempo de produção são mais ou menos coincidentes, em algumas áreas da agricultura a habilidade para manipular e variar o tempo de produção e o período de rotação é circunscrita pelas características naturais do objeto sendo produzido. Do ponto de vista do capitalismo, assim, tais considerações fazem com que certas áreas da produção agrícola sejam desestimulantes. Enquanto existirem constrangimentos objetivos, naturais, para a manipulação social do tempo de produção, o capitalismo avaliará tais áreas como de alto risco e de alto custo de produção. (SCHNEIDER, 2002, p. 43)

Podemos entender a diferença entre a produção familiar e a grande produção agrícola capitalista analisando as particularidades da agricultura familiar no modelo capitalista e da produção simples de mercadoria das teorias de Servolin e Friedmann.

Para Servolin (1989), a produção simples de mercadoria possui algumas vantagens comparativas em relação à grande produção capitalista. A agricultura familiar emprega gratuitamente a força de trabalho de sua família, pois não existe salário fixo para empregados e não se contabiliza o tempo de trabalho com a exatidão de um capitalista, tornando o valor de seu produto bastante inferior em relação ao preço mantido por uma empresa capitalista. Porém, o Estado protagonizando uma política de subsídios ao progresso técnico dos agricultores tende a aumentar a produtividade e o volume dos alimentos produzidos, fazendo com que os agricultores menos competitivos se tornem assalariados na atividade agrícola ou em outros setores da economia (Schneider, 2002).

Harriet Friedmann propõe a utilização do conceito de produção simples de mercadorias para explicar a reprodução da agricultura familiar no regime

capitalista, negando assim, a noção de campesinato. A autora diferencia a produção familiar das empresas agrícolas capitalistas de acordo com a forma de organização do processo produtivo e as relações de parentesco entre os trabalhadores. Na agricultura familiar são os próprios familiares que trabalham, e a posse dos meios de produção não está desvinculada de quem exerce o trabalho. Contrastando com a produção familiar, as grandes empresas agrícolas capitalistas empregam a força de trabalho de acordo com as condições do mercado, através de relações trabalhistas, nem sempre regulamentadas, mas semelhante à aquisição dos demais utensílios para o processo de produção (Schneider, 2002). As idéias de Friedmann vão além da diferenciação da posse dos meios de produção. Segundo a autora o que faz a produção simples se distinguir da produção mercantil capitalista é o fato de que a última envolve necessariamente a aquisição de mais-valia e, conseqüentemente, a acumulação de capital, ao passo que a produção mercantil simples procura priorizar os interesses da reprodução da unidade familiar (Schneider, 2002).

Friedmann também caracteriza a existência dos fatores naturais como barreira à presença do capitalismo na agricultura, mas destaca que tais obstáculos não foram capazes de impedir que as relações capitalistas se desenvolvessem no setor agrícola. Contudo, a autora argumenta que existem motivos históricos, como a estreita relação entre o meio de produção e a força de trabalho, que explicam a resistência das organizações familiares na agricultura (Schneider, 2002).

Podemos constatar que a agricultura familiar possui uma grande flexibilidade para se adaptar às diversas situações impostas pelo ambiente no qual se encontra inserida. Essa flexibilidade é alcançada com algumas estratégias de

sobrevivência adotada pelos agricultores para se manterem “vivos” na sociedade e reproduzirem e ampliarem sua formação social ao longo do tempo. Como exemplo, podemos citar o crescimento do número de unidades agrícolas familiares nas quais as mulheres passaram a trabalhar em tempo parcial ou integral fora da propriedade – fenômeno denominado de pluriatividade – com a finalidade de atender as demandas econômicas da família. A condição de proprietários dos meios de produção e a relação de parentesco permitem que os membros da família tenham essa liberdade para buscar outras alternativas de renda.

Entre as críticas feitas ao conceito de produção simples de mercadoria, a principal mostra que existe um limite teórico e empírico para a sua utilização. Goodman e Redclift recusam a especificidade das formas sociais chamadas de produção simples de mercadorias porque em um ambiente onde prevalece a competição capitalista a utilização do trabalho assalariado regular se torna necessária para obter uma taxa de lucro e gerar as condições de reprodução da atividade, acompanhando também o progresso tecnológico. Assim, o uso permanente de assalariados resultaria na separação entre o trabalho e o capital gerando assim a exploração da mais-valia e o conseqüente enfraquecimento da produção simples de mercadorias.

Essa perspectiva pode ser compreendida se analisarmos o ambiente de competitividade vivido pela grande maioria dos agricultores familiares no Brasil. A necessidade de superação a cada dia junto com a necessidade de absorção tecnológica faz com que os agricultores, mesmo os mais descapitalizados, tenham que adotar medidas de sobrevivência que os aproximam mais ainda da economia de mercado e deixam-nos cada vez mais integrados à economia capitalista. Dessa

forma, entendemos que a agricultura familiar é um modelo de organização de unidades familiares fruto das transformações históricas que passaram as formas camponesas (Lamarche, 1993). Sendo a integração maior com o mercado, o progresso tecnológico, a adoção de créditos rurais e até a maior relação com o mercado global<sup>6</sup>, exemplos de transformação.

Para Hugues Lamarche as propriedades familiares são unidades de produção agrícola nas quais a propriedade e o trabalho estão ligados à família. Contudo, a família não precisa deter necessariamente a propriedade da terra para ser considerada uma produção com base na organização familiar. É necessário haver a posse dos meios de produção para o trabalho não ser caracterizado como assalariado, porém, existem algumas maneiras como a parceria e o arrendamento que podem resolver o problema da falta da terra para a produção. Lamarche descreve como principal característica das unidades familiares, a capacidade de adaptação e a diversidade. Nesse sentido, a pluriatividade é interpretada como uma forma de adaptação dos agricultores às mudanças da sociedade, pois constitui-se como uma estratégia de sobrevivência e manutenção da propriedade.

Um outro modelo de análise da unidade familiar elaborado por Gasson e Errington (1993) procura, através da produção familiar moderna, entender a dinâmica de comercialização e administração das propriedades. Essa análise explica que as unidades produtivas agrícolas modernas possuem, paralelamente, características familiares e empresariais (Schneider, 2002). Gasson e Errington

---

<sup>6</sup> Principalmente através do comércio exterior com a importação de insumos industriais, a integração com uma rede global de informações (aldeia global) sobre a variação e o custo de produção e a exportação de alguns gêneros agrícolas produzidos pelas unidades familiares para muitos países do globo.

estabelecem uma relação entre a propriedade e a família (grupo doméstico) a partir de seis características principais:

#### **QUADRO 4: RELAÇÃO ENTRE PROPRIEDADE E FAMÍLIA**

<b>1</b>	a propriedade encontra-se num estágio de controle gerencial por pessoas capazes de gerenciar a propriedade como uma empresa.
<b>2</b>	os gerentes estão vinculados por relações de parentesco.
<b>3</b>	os membros da família (incluindo os gerentes) geram o capital necessário para o empreendimento.
<b>4</b>	os membros da família (incluindo os gerentes) trabalham na agricultura.
<b>5</b>	a propriedade patrimonial e os recursos são considerados elementos de transferência no interior da família.
<b>6</b>	os membros da família vivem na unidade produtiva.

Esse modelo representa o ideal da “farm family business” e sua estrutura privilegia as relações de parentesco, o controle administrativo e a transferência da propriedade como herança. Essa abordagem teórica possui os pressupostos do que empiricamente chamamos de empresa familiar consolidada, cujos produtores são mais esclarecidos, possuindo bom poder de análise, discernimento, gerenciamento e liderança nas comunidades.

### 1.3 A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

Conforme já tratado anteriormente, a pluriatividade é um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades econômicas com o objetivo de conseguir uma remuneração pelas mesmas. Essas atividades podem ser desenvolvidas tanto no interior como no exterior da própria unidade de exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração – turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva – que de maneira conjunta, resultam no aproveitamento de todos os recursos existentes na propriedade e/ ou em seu redor (Sacco dos Anjos, 2003). Assim, a pluriatividade é o resultado de um grande processo de transformação da agricultura em concomitância com a dinâmica da economia em geral, advento da profunda reestruturação que marca o modo de produção capitalista (Sacco dos Anjos, 2003).

Dessa forma, a pluriatividade pode ser utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, assim como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural. De acordo com Fuller apud Schneider (1999):

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar [...]. (p. 367).

Muitas propriedades podem obter diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, nesse sentido, é exemplificada através de uma unidade produtiva

multidimensional, onde é exercida a prática da agricultura e de outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas.

Alentejano (1999) afirma que a pluriatividade é mais adequada como instrumento de análise da dinâmica agrícola, pois como a agropecuária não exige um tempo integral de trabalho, a sazonalidade do trabalho agrícola permite a combinação de atividades fora das propriedades rurais.

Na concepção de Graziano da Silva & Del Grossi (2002) o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária.

Ainda de acordo com Graziano da Silva & Del Grossi (2002), a pluriatividade incorpora os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo considerados todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Deste modo, a renda agrícola vem sendo cada vez mais insuficiente para a manutenção das famílias. Assim, a agricultura está se convertendo cada vez mais em uma atividade de tempo parcial, o que corresponde cada vez menos pela renda e pelo tempo de ocupação da família na agricultura.

A diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas tem possibilitado à população do meio rural, elevar seu

poder aquisitivo, "passando a demandar uma variada gama de bens de consumo"(Schneider 1999, p.174).

#### **1.4 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS**

A modernização da agricultura, iniciada no pós-1960, ocorre no momento em que a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Em outras palavras, significa a "introdução do modo industrial de produzir no campo" (OLIVEIRA, 2002, p. 77)

A industrialização da agricultura torna-a menos dependente da dinâmica da natureza e cada vez mais integrada e subordinada à indústria, através do consumo de bens de capital e insumos industriais. Algumas condições naturais são alteradas ou fabricadas pela indústria, como a chuva e a fertilidade dos solos, que respectivamente são reproduzidas pela indústria através da fabricação de sistemas de irrigação e fertilizantes químicos; a utilização de sementes e mudas melhoradas geneticamente permitiu a redução do tempo de produção de algumas culturas, de forma que a duração do ciclo produtivo, do plantio à colheita, passou a se processar em um tempo menor. Acrescenta-se ao quadro que "a industrialização da agricultura representa não apenas mudanças nas relações do Homem com a Natureza mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho" (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 4).

As transformações promovidas pela industrialização da agricultura se processaram com base em um elevado custo social: a proletarização do trabalhador rural, destituído da posse da terra. A partir de 1960, o emprego da mão-de-obra assalariada na agricultura elevou-se em detrimento do trabalho familiar.

Por sua vez, a partir da internalização do departamento produtor de bens de capital, durante o processo de industrialização da agricultura, são constituídos os complexos agroindustriais – CAIs na década de 1970. Os complexos significam a integração entre: agricultura, agroindústria (a jusante) e indústria produtora de bens de capital e insumos para a agricultura (a montante). Mesmo que seja inegável a importância do processo de industrialização da agricultura para a constituição dos CAIs, estes não se restringem apenas à integração agricultura-indústria, mas também ao “aprofundamento das relações interindustriais [...] e de outras formas de integração e conglomeração sob o comando do grande capital” (DELGADO, 1985, p. 34).

No contexto brasileiro, os maiores beneficiados pelo aparato creditício encontram-se representados no Centro-Sul do país. Os benefícios foram bastante restritos para as culturas alimentares, pequenas propriedades e regiões menos desenvolvidas do país. Os excluídos do projeto modernizante passam a ocupar um lugar periférico na agricultura brasileira, constituindo-se em categoria social vulnerável de trabalhadores temporários à disposição das demandas de trabalho do grande capital.

Esse quadro associado ao fato da modernização ter modificado a base técnica prioritariamente da grande propriedade, mantendo a estrutura fundiária

extremamente concentrada, são os principais elementos que justificam a designação da modernização da agricultura no Brasil e no estado do Rio de Janeiro como um processo conservador. Com essas características a modernização resolveu apenas a questão agrícola agravando ainda mais a questão agrária.

Destaca-se ainda o papel da Revolução Verde como um instrumento dinamizador da modernização conservadora. A difusão de um pacote tecnológico, baseado em inovações biológicas no campo do melhoramento genético de sementes agrícolas, associado ao uso intensivo de agroquímicos e de modernas e eficientes técnicas, possibilitou o aumento da produção e da produtividade agrícola, convertendo-se assim, em um mecanismo de propaganda para o programa da revolução verde, o qual omitia por traz do objetivo humanitário de acabar com a fome mundial aumentando a produção de alimentos, interesses econômicos e políticos relacionados à transnacionalização do capital. “A Revolução Verde serviu de carro-chefe para ampliar no mundo a venda de insumos agrícolas modernos: máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos, pesticidas etc” (BRUM, 1987, p. 49).

A adoção desse pacote tecnológico, enquanto um conjunto articulado de inovações tecnológicas, emergiu como um modelo hegemônico mas não se difundiu de forma eqüitativa por todo o campo brasileiro. A modernização da agricultura traduz-se em um processo parcial, pois a incorporação de progresso técnico, em geral está relacionada com a localização regional, dimensão física dos estabelecimentos agropecuários e tipo de cultura agrícola.

É interessante destacar que, sob a lógica da reprodução do capital, a aplicação das inovações biológicas não se processa isoladamente, mas associada e articulada às inovações químicas (insumos) e mecânicas (máquinas e implementos). O êxito da utilização de uma inovação depende da articulação às outras, de forma que sementes melhoradas geneticamente necessitam de fertilizantes e defensivos químicos, bem como de máquinas modernas para se tornarem produtivas. A combinação das inovações tecnológicas não é um fator aleatório, muito pelo contrário: “a orientação das pesquisas biológicas se faz sempre no sentido de intensificar o efeito das inovações químicas e/ ou mecânicas, geralmente monopólio de grandes empresas multinacionais” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 36). Nesse sentido, a adoção desse pacote tecnológico traduz-se numa relação de dependência dos agricultores em relação às indústrias multinacionais de máquinas e implementos agrícolas. Para a agricultura produzir e inserir-se no mercado de forma concorrencial e produtiva, subordina-se às amarras das inovações tecnológicas impostas pelas multinacionais do setor agrícola.

A difusão dessas inovações biológicas na agropecuária encontrou amplo aparato Estatal, o qual viabilizou o desenvolvimento da pesquisa agropecuária e da extensão rural, em conformidade com o pacote tecnológico da revolução verde. O Estado, na década de 1970, criou a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. “ Enquanto a EMBRAPA tratava de desenvolver e adaptar as tecnologias agronômicas já disponíveis nos países desenvolvidos às condições

brasileiras, a EMATER e empresas coligadas aceleravam o processo de difusão das novas tecnologias” (BUAINAIN, 1997, p.16).

Almejando promover a implantação do pacote tecnológico, a condução das pesquisas e da extensão rural pelo Estado estava fortemente associada “a programas de desenvolvimento da indústria de máquinas e insumos agropecuários e da indústria processadora em geral” BUAINAIN, 1997, p.16). Nesse momento, ao mesmo tempo em que os CAIs são constituídos, agricultura e indústria se reunificam pelo movimento do capital. Há que se considerar também a estratégia modernizante voltada para a grande propriedade em detrimento dos diferentes segmentos sociais existentes no espaço agrário, constituídos em sua maioria por agricultores familiares não inseridos no processo de modernização, expressando-se como mais um mecanismo de reprodução da excludente modernização conservadora, sob a égide do capital.

No caso de São José de Ubá, a principal relação de trabalho utilizada no campo é o trabalho em família, uma vez que de acordo com os dados da Pesquisa Agropecuária Municipal de 2004, os membros não remunerados da família, os quais podem ser considerados como trabalho familiar, representam 85% da mão-de-obra empregada no município de São José de Ubá.

A produção familiar em São José de Ubá se insere nesse novo modelo de produção de forma mais intensiva, visto que grande parte dos produtores encontram-se em uma situação de agricultura familiar de transição ou consolidada. A aquisição de crédito e tecnificação encontra espaço mesmo nas propriedades mais afastadas do centro municipal, haja vista a especialização produtiva local.

Contudo, no quadro brasileiro e de uma maneira mais específica o fluminense, a modernização ocorreu de forma parcial, pois não atingiu a totalidade dos territórios, os diversos segmentos sociais e as etapas do processo produtivo de maneira homogênea. Sobre esse último aspecto, em determinadas culturas, algumas etapas do processo produtivo não são mecanizadas devido ao valor da mão-de-obra ser tão barato que a colheita manual acaba tornando-se mais vantajosa<sup>7</sup>.

## **1.5 AS REDES E O NOVO PADRÃO TÉCNICO-PRODUTIVO NO ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES SOCIAIS**

Apoiada na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrão de consumo, este modelo de produção fornece a sustentabilidade ideal para os fenômenos em escala global. Harvey afirma que a acumulação flexível caracteriza-se:

(...) pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços” (...) Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” (...) enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata das decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (Harvey, 1992, p. 140).

---

<sup>7</sup> É o caso da produção de cana-de-açúcar praticada em muitos municípios no norte fluminense.

Assim, a aceleração dos fluxos de informação tem repercussões em toda vida social e na organização do campo brasileiro. Os mercados de capitais integram-se globalmente.

Dessa forma, podemos afirmar que nas duas últimas décadas ocorreu uma intensa compressão tempo-espaço que tem tido um impacto alarmante sobre as práticas de produção e comercialização dos produtos agrícolas, trazendo também a transformação das práticas político-econômicas, bem como sobre a vida social e cultural (Harvey, 1992).

Contudo, devemos considerar que a revolução tecnológica, apesar de estar presente em todo o globo, não envolve todas as classes sociais do globo. Ocorre apenas em algumas sociedades sendo difundidas em áreas geográficas relativamente limitadas, o que resulta na ocupação de espaços e tempos isolados em relação a outras regiões do planeta (Castells, 2000).

É importante destacar que Harvey (1992) discute a compressão tempo-espaço através de um viés histórico, demonstrando como os novos sistemas de transporte e comunicação ao longo da história do capitalismo transformaram nossas experiências espaço-temporais (Haesbaert, 2004). Essa referência é expressa a partir da análise do processo do pós-fordismo ou acumulação flexível.

Podemos assim constatar que a moderna produção agrícola brasileira está assentada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação onde o acesso ao conhecimento tecnológico é fundamental para a produtividade e competitividade. Dessa forma, a informação “representa o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes

constituem o encadeamento básico de nossa estrutura social” (Castells, 2000, p. 505).

A velocidade e o acesso às redes e ao processamento das informações tornaram-se elementos fundamentais na nossa sociedade. Com efeito, “a velocidade é o elemento essencial, capaz de alterar e se impor não só no aspecto técnico-produtivo como também nas transformações das relações sociais e, portanto, das relações de poder. As novas técnicas de produção e a extensão da informatização a todos os setores de atividades estão se constituindo em condições essenciais para a acumulação capitalista” (Machado, 1992, p. 401).

É válido enfatizar que as redes geográficas são “produtos e condições sociais”. Segundo Corrêa (1993: 109) na atual fase do capitalismo a importância das diversas redes na vida econômica, social, política e cultural é significativa. E ainda, os habitantes de uma determinada sociedade, de maneira geral, estão inseridos simultaneamente em mais de uma rede geográfica, e, excluídos de outras diversas redes.

O próprio Milton Santos (2002, p. 268) complementa:

Aliás, e em primeiro lugar, nem tudo é rede. Se olharmos a representação da superfície da Terra, verificaremos que numerosas e vastas áreas escapam a esse desenho reticular presente na quase totalidade dos países desenvolvidos. Essas áreas são magmas, ou zonas de baixa densidade. E onde as redes existem, elas não são uniformes. Num mesmo subespaço há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas. Levando em conta o aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento.

Neste sentido, as tecnologias de informação proporcionaram uma difusão cada vez mais acelerada das redes, inclusive para os agricultores familiares mais

integrados à dinâmica do mercado, proporcionando uma complexidade ainda maior caracterizada por uma multi-escalaridade. Contudo, a inserção cada vez maior de algumas sociedades em múltiplas redes geográficas, não impede a existência de áreas “opacas” ou incipientes no processo de integração, é o caso de pequenos agricultores sem-terra ou que geram renda apenas com a pouca comercialização do excedente produtivo.

“Os processos de transformação social sintetizado no tipo ideal de sociedade em rede ultrapassam a esfera de relações sociais e técnicas de produção: afetam a cultura e o poder de forma profunda” (Castells, 2000, p. 504). O poder exercido pela comunicação e informação hoje, altera as estruturas políticas e os padrões culturais de forma desordenada em todo o mundo.

Essas transformações vivenciadas pela sociedade<sup>8</sup>, principalmente no que diz respeito à mudança do padrão técnico produtivo e da capacidade de acumulação capitalista no período de produção flexível, modificaram a dinâmica espaço-temporal. Vivenciamos uma sociedade estabelecida em um “espaço de fluxos” e no “tempo intemporal”. Segundo Castells, cada vez mais a nova ordem social, a sociedade em rede, parece uma “metadesordem social” para a maioria dos cidadãos. Podemos constatar uma seqüência automática e aleatória de eventos derivados da lógica incontrolável dos mercados, tecnologia, ordem geográfica ou determinação biológica.

A economia, por sua vez, vem sendo cada vez mais regulada pela capacidade técnica de muitas instituições, o que ora traz avanços surpreendentes

---

<sup>8</sup> Estamos nos referindo à modernização do aparato industrial em algumas localidades centrais e a intensificação dos fluxos de pessoas, mercadorias, serviços e informações, resultando cada vez mais em um processo de integração via rede.

em termos da superação da capacidade humana em gerar novos meios produtivos, ora afundam os alicerces de garantia social. Neste sentido, a “sociedade em rede” no período “informacional” é bastante restrita e seletiva, possuindo inclusive uma gradação em termos de integração. Os muito integrados gozam de toda densidade e complexidade que as redes podem oferecer. Possuem uma infra-estrutura técnica pré-existente, além de uma capacidade de articulação e manipulação dos fluxos. Não há uma definição ou limite territorial, visto que este é dinâmico e possui uma certa mobilidade, seja pela ação individual ou coletiva. Os pouco integrados também fazem parte de algum tipo de rede, seja uma rede institucional ou mesmo de solidariedade, contudo, vivem “tempos” diferenciados, à margem do processo de desenvolvimento econômico e na periferia<sup>9</sup> do capitalismo globalizado.

Neste sentido, para melhor captarmos as transformações no território, é necessário entender o seu movimento, daí a análise na perspectiva dos circuitos espaciais de produção. Estes são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território (Santos, 2002). Santos evidencia que entender o funcionamento do espaço significa apreender o movimento, devendo-se considerar os circuitos espaciais da produção definidos pela circulação. No atual momento do capitalismo, esse movimento é comandado por diversos fluxos, que incluem fluxos de capital, informações, ordens etc.

De acordo com Bernardes:

---

<sup>9</sup> As áreas periféricas não distinguem Estado-Nacionais, podem estar localizadas nos EUA, no continente Europeu como na África.

O desenvolvimento geograficamente desigual relaciona-se com a noção de circuitos produtivos completos e incompletos, associados às novas relações gerais de produção, encontrando-se em estreita correspondência com o nível das forças produtivas e com o domínio das técnicas de produção. Vincula-se à iniciativa e capacidade de intervenção dos grupos, à capacidade de administração associada aos princípios de gestão, concerne a fluxos diversos, a informações e ritmos de circulação diferenciais e a níveis distintos de subordinação (BERNARDES, 2005, p.24).

Dessa maneira, os circuitos espaciais da produção revelam a situação relativa dos lugares, em determinado momento, no âmbito da divisão territorial do trabalho. De acordo com o próprio Santos (2001), uma área de agricultura moderna pode não ter relações mais significativas com a cidade mais próxima e esta pode não se relacionar com sua vizinha imediata, enquanto mantém contatos intensos com outras muito distantes, às vezes no estrangeiro. Daí a necessidade de substituir a noção de circuitos regionais de produção pela de circuitos espaciais da produção. Os circuitos espaciais da produção mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial (Santos e Silveira 2001).

A partir da análise dos circuitos espaciais, observa-se que a idéia de competitividade está mudando e não mais se limita a enfoques restritos e estáticos como desempenho no mercado ou eficiência produtiva. Ainda é certo que competências internas como capacidade de produção, recursos humanos e inovação são determinantes na competitividade de uma empresa (Becker, 2002). Entretanto, além dos fatores estruturais de mercado e concorrência, os fatores sistêmicos, como os macroeconômicos, político-institucionais, demandam cada vez mais maturidade na gestão empresarial. Ademais, ainda que o mercado seja

global, suas fontes de sustentação serão regionais, pois carregam a marca da interação com o lugar do qual a organização se serve de seres humanos, energia, matérias-primas, infra-estrutura física, tecnológica e institucional. Nesse contexto, entende-se que a falta de uma abordagem sistêmica nos processos de gestão das organizações, integrando atendimento ao mercado, qualidade, proteção ambiental e as demandas sociais, é um dos fatores a inibir a harmonia, a convergência e o equilíbrio nos processos econômicos e organizacionais de desenvolvimento regional (Schumpeter, 1985).

Resumindo as principais idéias expostas, pode-se dizer que os processos de desenvolvimento requerem integração entre o global e o local. Nesse contexto, nações e regiões têm se articulado - especialmente via redes - para a melhoria da competitividade. Nações e regiões competitivas, portanto, requerem empresas competitivas.

Atualmente, em muitos setores produtivos, a utilização de estratégias é fundamental para o bom desempenho da produção. No caso da agricultura o agravante gira em torno dos fenômenos naturais, que, apesar do grande desenvolvimento técnico-científico, ainda podem interferir no planejamento produtivo. Neste sentido, competitividade pode ser melhor entendida como a capacidade da empresa de formular e implementar estratégias que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado (Schumpeter, 1985).

Mais do que eficácia operacional e produtividade, o posicionamento estratégico exige desempenhar atividades diferentes das exercidas por outros pólos produtivos ou desempenhar as mesmas atividades de maneira diferente. A

estratégia requer, portanto, exclusividade e compatibilidade, ou seja, criar uma posição exclusiva e valiosa, envolvendo um diferente conjunto de atividades.

Ressalta-se que a busca de uma posição estratégica competitiva não depende mais, única e exclusivamente, do atendimento diferenciado das demandas do mercado. Compreende também o atendimento das demandas sociais presentes em uma regulamentação e do entendimento da nova dinâmica territorial.

O conceito de territorialidade refere-se ao que se encontra no território, ou ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado. Enquanto o território é o espaço revertido da dimensão política, a territorialidade "refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas" (Corrêa, 1994, p.251)

A expansão do território ocupado, ao mesmo tempo em que amplia a territorialidade, provoca, em certos casos, a desterritorialização nas populações locais. Da mesma forma, sempre que um projeto de desenvolvimento, estruturado sem levar em conta a realidade socioeconômica-cultural e ambiental regional for implementado, provoca formas mais ou menos radicais de desterritorialização.

O uso do território pode ser percebido pela implantação de infra-estruturas, chamadas de sistemas de engenharias (Santos e Silveira, 2001 p.22), mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. O peso significativo do mercado, orienta boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho para a comercialização.

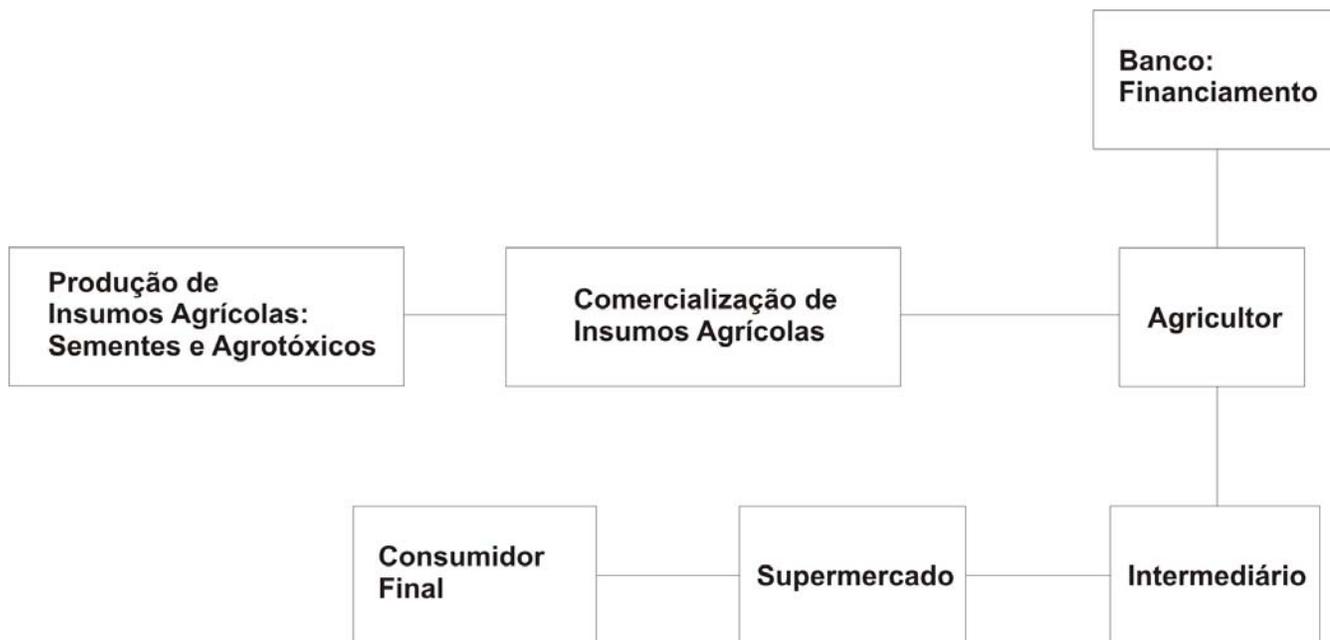
Isso não se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território para o trabalho.

As técnicas se incorporam no território com sua incorporação ao solo, assim como os objetos técnicos ligados à produção e os insumos técnico-científicos, "destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares (Santos e Silveira, 2001 p.22). Enquanto, em períodos anteriores, era possível os sistemas de engenharia serem planejados para responder a necessidades locais, hoje esses são projetados e construídos em forma integrada, de modo a promover a convergência de certos agentes e de certas regiões.

O território é hoje usado a partir de seus acréscimos de ciência e técnica, cujas características definem um meio técnico-científico-informacional, um novo meio geográfico. Tanto a sua constituição quanto o seu uso exigem parcelas volumosas de informação. Mas são os produtores e os possuidores das informações que decidem seus usos.

Essa realidade conceitual é parcialmente materializada no território de São José de Ubá a partir do momento que os produtores de tomates estão inseridos em uma rede de comercialização que envolve a compra de insumos e implementos agrícolas e a venda da produção para territórios com escalas diferenciadas. A produção revela um movimento trans-escalar com centralidade na esfera local. Assim, o fluxo produtivo com centralidade em São José de Ubá gera novas necessidades para a produção, onde um certo planejamento, uma produção com algum nível de tecnificação e com determinado padrão de qualidade e competitividade se fazem necessários. Portanto, o pequeno produtor de tomate hoje precisa desenvolver a capacidade de gerenciamento e gestão empresarial

para estar inserido na nova lógica de mercado. A seguir o perfil esquemático de uma cadeia produtiva. Percebemos nessa logística como o produtor rural se subordina a quase todos os agentes da cadeia, já que ele é o último elo de consumo de produtos industrializados e o primeiro elo na venda do produto agropecuário.



Org. Eduardo Sol

**CAPÍTULO 2**

**CONDIÇÕES QUE FAVORECERAM A IMPLANTAÇÃO DO  
CULTIVO DO TOMATE EM SÃO JOSÉ DE UBÁ.**

No segundo capítulo se faz necessária uma análise da produção agropecuária no Estado do Rio de Janeiro e na Região Noroeste Fluminense para depois entendermos como se deu a implantação da cultura do tomate no município de São José de Ubá. A partir de dados secundários compreendemos a estrutura fundiária e a importância da produção familiar nas escalas municipal, regional e estadual. Por fim analisamos as características e limitações do PRONAF enquanto principal programa de crédito rural para os agricultores familiares no município de São José de Ubá.

## **2.1 TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS DA AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

O estado do Rio de Janeiro é o segundo pólo industrial do Brasil, produz cerca de 80% do petróleo nacional sendo também o maior produtor de gás natural do país. Além disso, sua produção de pescado é significativa assim como a olericultura, a horticultura e a produção de leite. A sua paisagem natural é bastante diversificada, contudo, bastante degradada devido às atividades socioeconômicas vivenciadas pelo estado. É também o estado mais urbanizado do país, com 95% de sua população vivendo em cidades – sedes municipais e vilas (sedes distritais).

O estado apresenta muitos problemas em relação ao meio rural. A vasta “concentração de população, de renda, de poupança, de condições de desenvolvimento” na Região Metropolitana gerou um forte desequilíbrio

interregional, com exclusão política e social de parte da população do interior (Moreira, 2001). Segundo o Censo Demográfico 2000 (IBGE), 10.871.960 pessoas residem na região metropolitana, o que corresponde a 75,6% da população do estado. Assim, formada por vinte municípios, a Região Metropolitana representa um centro polarizador de recursos do estado (Ribeiro, 2002).

Apesar da ainda enorme concentração da população fluminense em sua Região Metropolitana, surgem nos anos 1990 algumas novidades em relação à dinâmica demográfica do estado do Rio de Janeiro. A principal refere-se ao movimento simultâneo de despolarização espacial, com o surgimento de novos centros de porte médio no interior do estado, e, em sentido inverso, de consolidação dos centros urbanos metropolitanos (Santos, 2003). Apesar da expansão demográfica próxima do limite metropolitano manifestar-se desde, pelo menos, a década de 1950, esse movimento não implicou numa desconcentração da população em direção ao interior, o que resulta no aumento do número das cidades médias, que eram 10, no censo demográfico de 1980, e passaram para 17, no de 2000. Destas, 10 localizam-se fora da região metropolitana (Santos, 2003).

O quadro agrário do estado do Rio de Janeiro é marcado por alguns contrastes. O estado possui uma agropecuária tradicional que domina a maior porção do seu território e ao mesmo tempo uma produção de caráter bastante moderno. De um lado, produtos tradicionais, exemplificados pela cana-de-açúcar, além da produção familiar periférica; do outro, culturas que utilizam técnicas intensivas, como o tomate, a horticultura, a fruticultura e a olericultura, constituindo

o Cinturão Verde da metrópole, ocupando municípios das regiões Serrana, Centro-Sul e Noroeste Fluminense (Ribeiro, 2002).

Assim, de acordo com Ribeiro:

...nas áreas com os índices mais elevados de modernização agrícola, encontram-se organizadas importantes atividades agropecuárias – aquelas geralmente voltadas para produtos valorizados em escala de mercado – enquanto nas áreas de agricultura tradicional os índices de modernização são bastante reduzidos, marcado o aspecto característico de uma agricultura periférica e/ ou de subsistência. (RIBEIRO, 2002, p. 22)

Os agricultores familiares, como grande maioria, passam por uma grave crise devido à concentração de renda e a falta de políticas agrícolas efetivas. As grandes propriedades sempre ocuparam uma parcela considerável do estado do Rio de Janeiro, tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas do país. Entretanto, após encerrar os auge fluminenses de exportação de açúcar, e café, a maioria das grandes propriedades voltadas para a comercialização desses produtos passou a se caracterizar pela falta de dinamismo das atividades agrárias nela desenvolvidas, devido à descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Isso contribuiu para que as extensas áreas do estado apresentem um nível de aproveitamento agrícola muito inferior ao potencial produtivo das terras, podendo-se mencionar o Vale do Paraíba, no qual predomina a pecuária bovina caracterizada por índices muito baixos de produtividade.

Por outro lado, verifica-se que os pequenos proprietários têm poucas possibilidades de realizar investimentos em suas terras, uma vez que operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. Esse é o caso de pequenos proprietários fornecedores de leite às

cooperativas do Noroeste Fluminense, os quais embora detenham a propriedade da terra, têm uma forma de inserção na produção regional que implica reduzida autonomia na condução do processo produtivo, e limitações quanto à possibilidade de investir em suas unidades de exploração. Em outros casos, como na Região Serrana, onde há o predomínio da produção de hortigranjeiros em pequenas propriedades, a pluriatividade é adotada como alternativa de fonte de renda pelos agricultores. Muitos, além de realizarem suas funções na propriedade agrícola, exercem atividades não-agrícolas (como caseiros, motoristas, empregados domésticos, fiscais de rodovia etc) nas casas de veraneio, nos hotéis e para as prefeituras da região.

Baseados nos quadros e tabelas em anexo, realizamos um estudo sobre as principais características agropecuárias do estado. Segundo o Censo agropecuário do IBGE 1995/96, o estado do Rio de Janeiro contava com 54.942 estabelecimentos rurais entre quatro categorias de condição legal das terras (própria, arrendada, em parceria ou ocupada). A região Norte Fluminense é a que detém o maior número de propriedades – 15.301 – enquanto a que tem o menor número é a Costa Verde ou Baía da Ilha Grande, provavelmente dado ao seu caráter de menor extensão territorial, irregularidade acentuada do terreno e o fato da existência de grandes áreas de proteção ambiental, assim, este recorte espacial do estado dispõe apenas de 1.678 estabelecimentos.

Cerca de 9.604 estabelecimentos se encontram entre 2 ha a 5 ha. Pode-se ressaltar também que a soma das propriedades de menos de 1 ha até menos de 50 ha corresponde a 45.097 estabelecimentos, ou seja, aproximadamente 82% das propriedades do estado se encontram nessa faixa.

No que se refere à condição legal das terras, a estrutura fundiária do estado do Rio de Janeiro se caracteriza pela presença maciça de terras próprias (cerca de 77%) seguido pelas terras em parceria (aproximadamente 13%). Em terceiro lugar, estão as terras ocupadas (não passando de 5% - o Norte Fluminense é o recordista estadual – 26% das terras ocupadas do estado). Por fim, estão as terras arrendadas, representando também outros 5% das propriedades.

Sobre os dados gerais do estado, as terras próprias são as de maior número em todas as subcategorias de acordo com o número de área total das propriedades, que poderiam variar de menos de 1 ha até mais de 2.000 ha. Como maior unidade fundiária do estado, teremos uma propriedade localizada no Centro-Sul Fluminense que está classificada como áreas entre 10.000 ha a menos de 100.000 ha. No que se refere aos minifúndios, especificamente de menos de 1 ha, a região que apresenta a maior quantidade dessas pequenas propriedades é a Serrana, com 2.715 estabelecimentos.

Quanto às terras em parceria, elas têm seu maior número entre os minifúndios de menos de 1 ha (2.354 propriedade), a partir da classe de 2 ha a menos de 5 ha tem sua quantidade gradualmente reduzida até seu total desaparecimento a partir de 5.000 ha. Na região Serrana, nas duas primeiras classes de área ocorre um fenômeno particular: maior número de terras em parceria do que de terras próprias.

A análise aprofundada dos quadros e tabelas expostos no anexo deste trabalho, nos revelou a grande importância em termos de números de estabelecimentos e volume de produção da agricultura familiar do estado do Rio de Janeiro. O peso econômico, e principalmente social, destes agricultores,

garantem o abastecimento de alguns dos principais gêneros alimentícios para as cidades fluminenses e contribuem na geração de ocupações que garantem a subsistência de milhares de famílias.

Foram também consultados dados sobre as atividades econômicas desempenhadas no interior dos estabelecimentos fluminenses. Constatamos então, que a pecuária (sem distinção entre de corte e de leite) praticada de maneira exclusiva é a atividade que ocupa a maior parcela das terras para setor agropecuário do estado, utilizando-se de 1.400.000 há. Esta preponderância da atividade pecuária também está presente na escala mesoregional, sendo seu exercício o mais difundido em todas as regiões do estado, salvo o caso da Costa Verde onde o maior destaque agropecuário é o cultivo permanente de lavouras. Dentre os vários grupos de atividades econômicas, apresentamos os destaques regionais para cada um deles: o Norte Fluminense é o primeiro em terras usadas para lavouras temporárias, representando cerca de 57% do total do estado; na categoria horticultura e produtos de viveiro, destaca-se a Serrana, correspondendo a praticamente 63% do total estadual; para a lavoura permanente, as baixadas litorâneas têm o primeiro posto. A pecuária de leite, carro chefe do estado, é preponderante nas demais regiões. Ainda assim, destacamos o Noroeste Fluminense como o primeiro lugar em terras usadas para este fim.













## **2.2 TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS DA AGRICULTURA NO NOROESTE FLUMINENSE**

A região Noroeste Fluminense possui uma estrutura fundiária que se assemelha à do estado como um todo, com o domínio das terras próprias e em parceria sobre os outros dois tipos, ainda que dentre esses (arrendadas e ocupadas) haja uma inversão do padrão estadual. A maior parte dos estabelecimentos está na faixa dos 20 ha a menos de 50 ha. Destaca-se ainda que por volta de 83% das propriedades da região situam-se abaixo dos 50 ha, fazendo com que essa região possua um predomínio de pequenas e médias propriedades.

No Noroeste Fluminense, a pecuária é a atividade predominante, correspondendo a 71% do total de terras da região. Esse número pode chegar a 86% se contarmos com as áreas de produção mista, onde a pecuária divide espaço com outras produções agrícolas em uma mesma propriedade.

De acordo com o Censo Agropecuário (2006), mais de 80% dos produtores da região são familiares (sem especificar o grau de integração com o mercado) contudo, esses só ocupavam pouco mais de 41% da área total utilizada para fins agrários. As produções patronais representam 17% do total de propriedades, porém, detêm cerca de 58% do total da área usada. Dentre os municípios do Noroeste, o que apresenta a maior concentração de terra é o município de Itaperuna, com mais de 70% de suas terras concentradas entre 426 propriedades patronais verificadas no município. Os municípios com menos concentração de terra são Aperibé (um dos últimos municípios emancipados do estado) com cerca

de 36% da área total de terras usadas para fins agrários consideradas patronais, e Itaocara, com pouco mais de 38% das terras em mãos de produções patronais.

Ao analisar esses dados referentes ao Censo Agropecuário (2006), nota-se que o discurso da insustentabilidade da pequena produção é equivocado, pois os números do Noroeste Fluminense comprovam que a diferença da produção dos agricultores familiares é muito pequena, de apenas cerca de dois pontos percentuais. O município que apresentou a maior produção em valores absolutos foi Itaperuna (R\$ 14.308.000,00), o que pode ser facilmente explicado pelo próprio número mais elevado de terras disponíveis no município; contudo ao fazer uma relação entre o valor bruto da produção e área total de terras, o que tem a melhor relação é São José de Ubá (aproximadamente R\$ 450,00/ ha). Itaperuna, que em números absolutos é o primeiro colocado apresenta pouco mais de R\$ 150,00/ ha, deixando-a na oitava colocação em termos relativos. O menor valor bruto de produção foi encontrado no município de Aperibé, contudo teria o segundo lugar em termos relativos quanto ao valor da produção. Assim, os piores resultados são do município de Laje do Muriaé, que além de ter tido apenas R\$ 2.501.000,00 como valor bruto de produção (segundo menor da região), teve como valor bruto de produção x área total R\$ 106,37/ ha.

Com respeito à tecnologia, os dados não esclarecem totalmente a realidade da região, uma vez que eles não fazem a discrepância entre força animal e mecânica. Ambos estão alocados em uma única categoria de análise, contudo, tratam de realidades totalmente distintas, já que o primeiro caracteriza uma produção extensiva. Assim, os dados demonstram que 60,35% de todos os agricultores familiares do Noroeste Fluminense empregam força animal ou

mecânica, enquanto apenas 39,64% se utilizam apenas de força manual. De qualquer modo esse número não consegue fazer frente às propriedades patronais que no Noroeste apresentam com índices de uso de força animal/ mecânica em torno de 81,84%.

Destacando outros valores encontrados, temos que apenas 55% dos agricultores familiares (sejam eles muito ou pouco integrados) têm energia elétrica em suas propriedades, contrastando com os mais de 70% dos patronais. Cerca de 42% dos agricultores familiares têm acesso à assistência técnica enquanto entre os patronais esse número também é de praticamente 70%. Ressaltasse ainda o baixo índice de cooperativados entre os agricultores familiares, 35%; números esses que não se elevam muito quando da análise mais específica entre esses agricultores – índice de aproximadamente de 42% para os agricultores integrados ao mercado – e chega a índices bem baixos quando esses dizem respeito aos menos integrados, apenas 11, 54%.

Foram coletados ainda dados sobre a receita, despesa e financiamento das propriedades da região Noroeste Fluminense. Percebe-se que o acesso aos recursos financeiros é muito mais fácil para as propriedades patronais do que para os agricultores familiares. Esse argumento é exemplificado pela quantidade de financiamentos obtidos por parte das propriedades patronais do Noroeste Fluminense (R\$ 1.130.000,00), mais do que duas vezes em e meia do que foi financiado para os agricultores familiares. Assim, os investimentos feitos pelos agricultores familiares são menores do que os efetuados pelos patronais, contudo, a receita entre as duas categorias acaba sendo muito pequena: 4% - agricultores familiares equivalendo a R\$ 35.882.000,00; e patronais R\$39.189.000,00.

Entre todas as produções (familiar e patronal) o município de Itaperuna foi o que obteve o maior valor de receita, R\$ 13.547.000,00, porém, quando usados apenas os dados referentes aos agricultores familiares, o município de maior destaque é o de Itaocara, R\$ 4.977.000,00, superando a produção patronal, que é de R\$ 3.079.000,00.

Quanto ao financiamento, em números totais, somando ambas as classes, novamente, o município de Itaperuna é o recordista, com R\$ 275.000,00; somando-se apenas os dados referentes aos agricultores familiares, o município com maior quantia em financiamentos é Santo Antônio de Pádua, com R\$ 93.000,00.

Ao que tudo indica, a classe dos proprietários de terra que são classificados como agricultores familiares no município de Itaperuna é bastante fraca. Seus números elevados estão extremamente relacionados à grande quantidade de terras existentes no município, que é a maior em extensão territorial desta região de governo. Ainda sobre financiamento, ressaltasse negativamente o município de Laje do Muriaé, que obteve somente a irrisória quantia de R\$ 9.000,00.

O papel do Pronaf na região pode ser considerado bastante contraditório. A grande maioria dos produtores consideram as linhas de financiamento do Pronaf benéficas para a estrutura produtiva. Contudo, este parece não atender a todos os municípios, tendo suas ações bastante reduzidas. Em São José de Ubá, por exemplo, 90% dos produtores utilizam crédito do Pronaf para a produção de tomate, e a necessidade de ampliação do programa já é de longa data. Grande parte dos produtores reclamam do programa e reivindicam a emergência da ampliação do crédito. Já em Itaperuna, onde a maioria dos produtores rurais

trabalha com a atividade leiteira, o Pronaf não é um programa de caráter emergencial. Até porque muitos produtores não teriam recursos para arcar com a dívida adquirida, apesar do necessário melhoramento da infra-estrutura de muitas propriedades.

Como síntese final da análise regional, resultado dos trabalhos em campo e das tabelas em anexo, percebemos que o investimento na pequena produção traz um retorno econômico e social superior às propriedades patronais no Noroeste Fluminense. A produtividade é maior na agricultura familiar, tanto na produção agrícola quanto na pecuária.

O quadro socioeconômico do Noroeste demonstra nos últimos anos um panorama de estagnação econômica – na grande maioria dos municípios – , inclusive com saldo emigratório significativo. Porém, os municípios onde a produção familiar é mais forte – destacamos São José de Ubá com grande produção de tomate – as perspectivas em relação ao desempenho econômico do município é mais confiante, com um maior número de empregados na agricultura e dinamismo nos mercados do produtor. Podemos concluir dessa forma que a agricultura familiar tem um peso importante – número de estabelecimento e volume de produção – e exerce um papel fundamental se incentivada no desenvolvimento do Noroeste Fluminense.









### **2.3 HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE SÃO JOSE DE UBÁ**

Com um histórico de abandono e pobreza, a Região Noroeste Fluminense é dividida em duas microrregiões, a primeira de Itaperuna, composta de 7 municípios: Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai, e a segunda, de Santo Antônio de Pádua, composta de 6 municípios: Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá (CIDE, 2001).

O processo de ocupação do que hoje é chamado de Noroeste Fluminense está relacionado à expansão cafeeira do século XIX e à difusão de vias de circulação pela região - especialmente aos ramais ferroviários. Um povoamento mais consistente só se concretizou a partir do final do século XIX, já que antes desse período havia apenas uma ocupação esparsa e pontual.

A estrutura fluvial foi decisiva para o desbravamento da região. Ao longo do século XVII havia uma ocupação esparsa do baixo curso do rio Muriaé pelos capuchinhos (frades Franciscanos de origem italiana), responsáveis pela catequização dos índios Guarulhos. Os frades enfrentavam a rebeldia dos indígenas e a malária, comum na região.

No século XVIII destaca-se a ação dos bandeirantes, vindos de Minas Gerais, da Guanabara, de Campos e mesmo de São Paulo. Aí começa a ocupação do médio e alto cursos do rio Muriaé. No baixo curso deste rio, foi grande a influência dos campistas, no que concerne ao cultivo da cana-de-açúcar e na construção de engenhos. Já no médio e alto cursos do Muriaé destaca-se a ação “bandeirantes do jacarandá”: “Dirigem-se então para o incógnito médio curso

alguns pioneiros nas arriscadas ‘bandeiras do jacarandá’, a mais preciosa das madeiras de lei” (Lamego, 1963, p. 287). Os índios Puris, que habitavam as partes mais altas, foram quase que totalmente aniquilados.

Desde o início do século XIX começa na região o cultivo do café, principalmente por pequenos proprietários mineiros, de poucas posses e que utilizavam a mão-de-obra familiar. A ocupação mais efetiva se difundiu com a construção da Estrada de Ferro Carangola e da Estrada de Ferro Leopoldina no final do século XIX, além da expansão de outros ramais pela região. Em geral a ocupação regional foi orientada pela expansão cafeeira e sua economia complementar voltada para a pequena e média atividade agropecuária.

A década de 1930 é marcada por uma substituição gradativa da cafeicultura pela pecuária extensiva que, a partir da década de 1960, passou a ser a principal atividade do Noroeste Fluminense devido às escassas necessidades de mão-de-obra e investimentos. Assim, a pecuária extensiva destinada à produção leiteira, persiste até hoje como principal fonte geradora de renda dos produtores regionais.

No caso de São José de Ubá, considerado até 1995 distrito do Município de Cambuci, a pecuária foi cedendo lugar à produção de tomate. Inicialmente por razões topográficas e mais tarde pela consolidação de um nicho de mercado, o tomate veio se cristalizando como o principal produto gerador de renda no então distrito de São José de Ubá.

A cultura do tomate teve início a partir de 1956, quando a atividade se inseriu no território marcado pela pecuária, transformando assim o Noroeste Fluminense. A produção, com dimensões em torno de um hectare, encontra-se quase que exclusivamente nas áreas inclinadas (encostas de morros), pois, se

plantados nas várzeas, além das inundações, ficam mais susceptíveis às doenças provocadas por fungos e bactérias, devido à maior umidade do solo (Cezar, 2001). São José de Ubá é hoje o segundo maior produtor de tomate do Rio de Janeiro e o quinto do Brasil, sendo a comercialização feita através do Mercado Produtor do Noroeste Fluminense, localizado na própria cidade.

É importante destacar a influência de um agricultor de origem japonesa, que, em meados da década 1950, vindo de São Paulo, levou seus conhecimentos técnicos sobre o plantio de tomate para Itaperuna. A partir de 1958 chegou a São José de Ubá e difundiu as técnicas de cultivo, mostrando que essa cultura era uma atividade promissora e que poderia desenvolver economicamente muitos produtores da região (Cezar, 2001).

Considerada um processo amplo, no qual ocorreram transformações na base técnica e nas relações de trabalho/ produção, decorrentes da utilização de máquinas e insumos modernos no campo, a modernização da produção de tomate iniciou-se a partir da década de 1960. Nesse período, ocorreu uma elevação no consumo de insumos e técnicas agrícolas, os quais ainda eram importados.

Desse movimento do capital, no qual se processou a modernização da agricultura, o estreitamento entre a agricultura e a indústria na produção de tomate representa o momento da modernização em que ocorre a maior influência da indústria na agropecuária fluminense.

A consolidação da horticultura do tomate, acompanhada por um grande incentivo à emancipação municipal, ao mesmo tempo em que gerava significativa fonte de renda para o município de Cambuci, gerava as condições ideais de transformação do território de São José de Ubá. No ano de 1990 foi eleita a

Comissão de Emancipação de São José de Ubá. Já em novembro de 1993 foi aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro o projeto de criação do município. Tentando lutar contra a emancipação, o processo foi embargado na justiça pela prefeitura de Cambuci, contudo, dois anos mais tarde, foi aprovada em plebiscito no mês de novembro, com 99,43% dos votos sendo criado através da Lei n.º 2.495 de dezembro de 1995 o município de São José de Ubá (TCE, 2005). Destarte, percebemos que o desenvolvimento do cultivo do tomate gerou mudanças que se refletiram na organização do município.

#### **2.4 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SÃO JOSÉ DE UBÁ**

A construção do Mercado do Produtor do Norte Fluminense foi um marco político-econômico para a cidade, pois gerou-se em torno do mercado ou no seu interior, uma estrutura político-administrativa, comercial e de serviços: a prefeitura, o posto médico, o comércio mais recente, os hotéis, a Secretaria de Agricultura, a EMATER, o BANERJ, entre outros, aí estão situados.

É importante ressaltar que 90% dos produtores de tomate possuem menos que 50 hectares, com grande concentração próxima a 10 hectares. O município possui aproximadamente 800 produtores cadastrados na Emater de uma população total de 7.000 habitantes. De acordo com fontes da Prefeitura Municipal, 70% da população encontra-se na zona rural, sendo a principal atividade a produção de tomate, vindo em segundo lugar a pecuária leiteira.

A base produtiva nas unidades de produção familiar de tomate, até recentemente se revelou bastante rudimentar e arcaica em termos de padrão técnico, contudo, atualmente a mesma se transforma, bem como a divisão do trabalho na unidade de produção, vinculado ao aumento da demanda.

Na década de 1960, à medida em que a produção de tomate foi se consolidando, despertou o interesse de alguns atravessadores do Rio de Janeiro, o que resultou em uma alteração no contexto de comercialização do produto. Tal fato caracterizou a mudança na escala de produção e comercialização do tomate, pois este sai de uma esfera local para uma regional, ou seja, da metrópole do Rio de Janeiro. Esta mudança marca, a partir de 1969, uma nova etapa da evolução da lavoura do tomate na região, uma vez que se refletiu na formação territorial do Noroeste Fluminense, a partir do município de São José de Ubá, cuja dinâmica gerada em torno da horticultura do tomate foi o principal motivo de sua emancipação de Cambuci (Cezar, 2001).

A partir de então o tomate se torna um importante nicho de mercado para muitos produtores de Ubá, agregando cada vez mais novos produtores que se vêm obrigados a uma renovação das técnicas de cultivo, o que, evidentemente, levou a um aumento considerável da produção. A melhoria nas técnicas está ligada à necessidade de maior produtividade para atender a demanda.

De acordo com Bernardes:

“(…) A implantação, a difusão e o êxito das técnicas em um determinado espaço produtivo depende do nível e caráter do desenvolvimento das forças produtivas alcançado pela formação social, o que se vincula às condições históricas e econômicas [e ainda, naturais] existentes no momento da introdução, as quais, por sua vez, são consequência de desenvolvimentos técnicos anteriores” (1995: 245).

As mudanças no padrão técnico não surgem a partir da iniciativa dos agentes locais, mas para que possam atender às exigências do mercado. Os produtores de Ubá, naquele momento, estavam se inserindo na lógica do mercado onde é necessária a qualidade da produção, aumento da produtividade, o que eleva dos custos de produção, implicando em conexões trans-escalares para a compra de insumos e comercialização da produção. Desta forma, a técnica a ser implantada segue em consonância com os interesses do mercado. E ainda, a tomada de decisões no que diz respeito às características do processo produtivo é centralizada e verticalizada, a partir do interesse das indústrias a montante.

A tecnificação do processo produtivo não representa a ascensão social dos produtores rurais, visto que as formas utilizadas por produtores para aliar-se ao mercado podem significar elevação dos custos. As oscilações de preços também representam um grande risco de falência e prejuízos acumulados. De acordo com técnicos da Emater, quem dita o preço é o comprador da produção que, dependendo das condições do produto e da época da venda (período de safra principalmente que vai de maio a setembro) pode ter grandes oscilações. Os produtores menos qualificados e com menor inserção no mercado acumulam grandes perdas devido à sua baixa influência, poder de gerenciamento e qualidade da produção.

Durante os anos 1950 ao início da década de 1990 a produção de tomate obteve um grande crescimento, garantindo renda e prosperidade para os produtores locais. De acordo com entrevistas realizadas em trabalhos de campo, a garantia da renda era sustentada pela demanda crescente do tomate e a

autonomia relativa que muitos agricultores possuíam frente ao sistema agroindustrial, ou seja, podiam financiar suas próprias produções e não iniciavam um período de safra com valor da produção pré-determinado. Atualmente, o que se observa é que a dependência do agricultor frente ao sistema de financiamento bancário é cada vez maior, e ainda, muitas das grandes firmas<sup>10</sup> de consumo de tomate atuam no financiamento direto da produção e estabelecem preços pré-determinados para a compra do tomate do produtor rural financiado. Assim, o agricultor vem perdendo a sua autonomia e capacidade de comercialização direto no Mercado do Produtor, o que deixa a sua estrutura produtiva cada vez mais subordinada às cadeias industriais.

Nessas condições, os impactos desencadeados pela subordinação do produtor rural à nova logística de comercialização surtiram efeitos intensos, cuja dimensão lhe conferiu a denominação de “subordinação violenta”. A violência desse processo, expressa pela intensificação das grandes firmas (em geral do Estado de São Paulo) como principais consumidoras do tomate do município, promoveu a desestruturação do Mercado do Produtor, já que a venda não é mais realizada pelo mesmo<sup>11</sup>, e a falência de inúmeros estabelecimentos familiares.

As evidências da desestruturação do Mercado do Produtor manifestam-se ainda no presente, onde existem evidências de poucas caixas de tomates sendo comercializadas na pedra no período de safra (apesar da produção municipal ser crescente nos últimos anos), ausência de um gerenciamento efetivo que possa

---

<sup>10</sup> Empresas que atuam na compra atacadista de tomate e revendem para as redes de varejo e supermercados.

<sup>11</sup> As grande firmas de comercialização buscam a produção diretamente na propriedade agropecuária, negligenciando assim o papel do Mercado do Produtor.

estabelecer um ordenamento durante os pregões, desarticulação entre o Mercado e muitos produtores rurais.

É importante destacar que a agricultura familiar é a forma de organização da produção predominante no município de São José de Ubá. Em suas estratégias de reprodução, por adaptar-se de forma extraordinária às transformações da sociedade, a agricultura familiar permanece e estabelece novas condições de sobrevivência, como é o caso da pluriatividade. No contexto político, o governo brasileiro reconhece a partir dos anos 1990 a importância da agricultura familiar. Esse reconhecimento resultou em políticas agrícolas específicas para a agricultura familiar, como por exemplo o PRONAF<sup>12</sup>. A agricultura familiar passa, então, a reproduzir-se em um contexto socioeconômico com condições de produção mais favoráveis que as pretéritas, mas que ainda estão distantes das ideais.

---

<sup>12</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar criado em 1995 estabelecendo linha de créditos específicas para os pequenos produtores rurais.

## 2.5 ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM SÃO JOSÉ DE UBÁ

**TABELA 10: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO: CATEGORIAS FAMILIARES POR TIPO DE RENDA E PATRONAL. SÃO JOSÉ DE UBÁ (RJ)**

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
<b>TOTAL</b>	<b>707</b>	<b>100,0</b>	<b>22.570</b>	<b>100,0</b>	<b>7.456</b>	<b>100,0</b>
<b>Total Familiar</b>	571	80,8	8.910	39,5	3.862	51,8
<b>maiores rendas</b>	86	12,2	3.392	15,0	1.601	21,5
<b>renda média</b>	258	36,5	3.295	14,6	1.692	22,7
<b>renda baixa</b>	125	17,7	1.257	5,6	368	4,9
<b>quase sem renda</b>	102	14,4	964	4,3	201	2,7
<b>Patronal</b>	135	19,1	13.647	60,5	3.594	48,2

Fonte: *Censo Agropecuário 2006, IBGE.*  
Elaboração: *Convênio INCRA/FAO.*

A partir da análise do quadro, é possível constatar que a estrutura fundiária em São José de Ubá apresenta uma concentração de terras, contudo a maior parte dos estabelecimentos são considerados familiares. Dentre os estabelecimentos familiares a maioria é considerada com uma faixa de renda média. Vale destacar que mesmo os estabelecimentos patronais possuem a principal atividade produtiva vinculada à produção de tomate.

**TABELA 11: QUANTIDADE PRODUZIDA, VALOR DA PRODUÇÃO, ÁREA PLANTADA E ÁREA COLHIDA DA LAVOURA TEMPORÁRIA SÃO JOSÉ DE UBÁ - RJ**

Lavoura temporária	Variável x Ano											
	Valor da produção (Mil Reais)				Área plantada (Hectare)				Área colhida (Hectare)			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
<b>Total</b>	8.244	16.678	28.190	18.935	980	1.030	1.090	960	980	900	1.090	960
<b>Tomate</b>	7.728	15.840	27.520	18.240	460	460	430	380	460	330	430	380

Fonte: IBGE

Em relação ao valor da produção, área plantada e colhida nas lavouras temporárias, a produção de tomate se destaca quase na totalidade dos valores obtidos.

**TABELA 12: TIPO DE TECNOLOGIA EMPREGADA CATEGORIAS FAMILIARES POR TIPO DE RENDA E PATRONAL.**

Categorias	Número de Estabelecimentos com:					
	Só Força Manual	Uso de Força Animal ou Mecânica	Energia Elétrica	Assistência Técnica	Associação Cooperativa	Uso de Adubos e Corretivos
<b>TOTAL</b>	106	601	368	644	223	455
<b>Total Familiar</b>	96	475	292	518	156	360
<b>maiores rendas</b>	4	82	63	81	54	61
<b>renda média</b>	36	222	127	235	80	173
<b>renda baixa</b>	29	96	62	109	14	67
<b>quase sem renda</b>	27	75	40	93	8	59
<b>Patronal</b>	10	125	75	126	67	95

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE.  
Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

Neste quadro é possível perceber a força da agricultura familiar na utilização de assistência técnica – fornecida principalmente pela Emater – no uso de adubos e corretivos e na associação em cooperativas. As cooperativas e as associações são organizações que não visam o lucro. O processo de decisão ocorre por meio de uma assembléia geral e o monitoramento da eficácia da gestão é efetuado pelo conselho fiscal, composto por associados.

Essas organizações podem, então, possibilitar um aumento no nível de renda dos produtores familiares. Entretanto, no caso da produção de tomate, há muita resistência dos produtores em se organizarem. A maior parte das cooperativas do Noroeste fluminense estão associados à produção de leite.

**TABELA 13: ESTABELECIMENTOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR. CATEGORIAS FAMILIARES POR TIPO DE RENDA E PATRONAL.**

Categorias	Proprietario		Arrendatario		Parceiro		Ocupante	
	Número	Hectares	Número	Hectares	Número	Hectares	Número	Hectares
<b>TOTAL</b>	444	21.783	16	440	239	309	8	36
<b>Total Familiar</b>	348	8.550	8	84	208	241	7	33
<b>maiores rendas</b>	67	3.332	1	16	18	43	0	0
<b>renda média</b>	151	3.141	4	20	99	103	4	28
<b>renda baixa</b>	73	1.186	2	27	49	41	1	2
<b>quase sem renda</b>	57	890	1	19	42	51	2	2
<b>Patronal</b>	95	13.220	8	356	31	68	1	3

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE.  
Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

A maior parte dos produtores rurais são proprietários das terras onde trabalham. Muitos estão na atividade agrícola durante muito tempo e tiveram condições de comprar a propriedade, outros receberam de seus pais e avós que já se destinavam à renda no campo, mesmo que em outra atividade que não fosse o tomate, como a pecuária, a cana-de-açúcar ou o café. O sistema de parceria é muito difundido no ano posterior a uma boa colheita, mas pode resultar em grandes riscos no caso da perda parcial ou total da produção.

**TABELA 14: PESSOAL OCUPADO  
CATEGORIAS FAMILIARES POR TIPO DE RENDA E PATRONAL.**

Categorias	Número de Pessoas Ocupadas						
	Total	Familiar Maior 14 anos	Familiar Menor 14 anos	Parceiros	Empregados Permanentes	Empregados Temporários	Outra Condição
<b>TOTAL</b>	2.504	1.511	60	238	125	406	164
<b>Total Familiar</b>	1.692	1.324	58	63	17	101	129
<b>maiores rendas</b>	315	220	10	25	0	22	38
<b>renda média</b>	827	653	32	25	7	54	56
<b>renda baixa</b>	297	243	11	8	4	10	21
<b>quase sem renda</b>	253	208	5	5	6	15	14
<b>Patronal</b>	805	180	2	175	108	305	35

Fonte: *Censo Agropecuário 2006, IBGE.*  
Elaboração: *Convênio INCRA/FAO.*

De um total de 4 mil pessoas economicamente ativas, cerca de 2,5 mil exercem atividades relacionadas à agricultura diretamente. A outra parte da população mesmo que esteja empregada no setor terciário, dependem indiretamente de uma boa safra de tomate para comercializarem insumos ou mesmo serviços para as pessoas que circulam pela cidade para realizarem a compra do produto. Percebemos novamente a importância do vínculo familiar na garantia de renda de muitos habitantes.

## **2.6 RECURSOS DE CAPITAL: PRONAF E CRÉDITO RURAL**

A Agricultura Familiar, enquanto sujeito do desenvolvimento, é ainda um processo em consolidação. O seu fortalecimento e valorização dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que necessitam serem implementados de uma forma articulada por uma diversidade de atores e instrumentos. O papel do Estado e das políticas públicas devem ter um papel fundamental. Quanto mais estas políticas conseguirem se transformar em respostas à estratégia geral de desenvolvimento com sustentabilidade e, ao mesmo tempo, às demandas concretas e imediatas da realidade conjuntural, mais adequadamente cumprirão o seu papel.

Nesse sentido, o acompanhamento da conjuntura de mercado das mais importantes cadeias produtivas, muito embora não deva ser o fator determinante para a elaboração das políticas públicas, assume uma importância fundamental para a sua definição, adequação e redimensionamento, especialmente para aquelas relacionadas aos diversos instrumentos da política agrícola. Ou seja, a

concretização dos diversos instrumentos da política agrícola deve considerar a realidade concreta da dinâmica em que as diversas cadeias produtivas se inserem a cada momento, afetadas por outros fatores que, em sua maioria, independem da dinâmica da própria cadeia e que, muitas vezes, provocam mudanças extremamente rápidas.

Atualmente principal política pública destinada à produção familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que na teoria, tem como objetivo Proporcionar o aumento da produção agrícola, a geração de ocupações produtivas e a melhoria da renda líquida e da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Enquanto proposta secundária, o Pronaf objetiva ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar; viabilizar a infra-estrutura rural à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; elevar o nível de profissionalização de agricultores de base familiar, proporcionando-lhes novos padrões tecnológicos e gerenciais e favorecer o acesso de agricultores de base familiar e suas organizações ao mercado.

A seguir as duas principais modalidades de financiamento do Pronaf utilizada pelos agricultores em São José de Ubá:

#### QUADRO 5: GRUPO D CUSTEIO

<b>BENEFICIÁRIOS</b>	Agricultores Familiares, Pescadores Artesanais, Extrativistas, Aquicultores, Índios, Silvicultores e remanescentes de Quilombos.
<b>LIMITES</b>	Máximo de R\$ 5.000,00, por beneficiário, por safra.
<b>PRAZO</b>	Até 2 anos, conforme o ciclo de atividade.
<b>REBATE</b>	Inexistente.
<b>ENCARGOS</b>	Juros - à taxa efetiva de 4%, ao ano, com bônus de adimplência de 25%. IOF e tarifas - na forma da regulamentação em vigor.

Fonte: PRONAF

### QUADRO 6: GRUPO D INVESTIMENTO

<b>BENEFICIÁRIOS</b>	Agricultores Familiares, Pescadores Artesanais, Extrativistas, Aquicultores, Índios, Silvicultores e remanescentes de Quilombos, individualmente, em grupo ou coletivamente, com renda bruta anual entre R\$ 1.000,00 e R\$ 30.000,00.
<b>LIMITES</b>	Individual - até R\$ 15.000,00. Coletivo ou Grupal – Até R\$ 75.000,00, respeitado o limite individual. O limite individual pode ser elevado, até 20% do teto, atualmente em vigor, de R\$ 15.000,00 até R\$ 18.000,00, para financiamento de projetos de investimento, destinados a famílias que apresentem propostas específicas de crédito para projetos de filho (a) maior de dezesseis anos, que tenha concluído ou esteja cursando o último ano, em centros familiares de formação por alternância, ou em escola técnica agrícola de nível médio, que atendam a legislação em vigor para instituições de ensino.
<b>PRAZO</b>	O prazo máximo de no máximo 8 anos, já incluídos até 3 anos de carência. Quando a atividade requerer o projeto técnico comprovar a necessidade, a carência pode ser de até 5 anos.
<b>REBATE</b>	Inexistente.
<b>ENCARGOS</b>	Juros - à taxa efetiva de 4% ao ano, com bônus de adimplência de 25%, o que, na prática, reduz a taxa de juros para 3%, sempre que a parcela for paga até o dia do vencimento

Fonte: PRONAF

A dinâmica produtiva de São José de Ubá classifica a maior parte dos agricultores que buscam o financiamento no GRUPO D, tanto para o custeio quanto para o investimento. É importante destacar algumas problemáticas que envolvem o Pronaf em Ubá. A primeira é de caráter burocrático, visto que muitos produtores rurais não possuem condições legais de uso da terra, como a escritura e os impostos em dia. O Banco do Brasil, instituição financeira que administra e libera o crédito para os agricultores impõe uma série de exigências e garantias ao produtor. Por outro lado, muitos produtores rurais com baixo nível de qualificação não compreendem a necessidade da regularização fundiária, o que inviabiliza o investimento. Um outro problema que envolve o Pronaf no município de Ubá é que este tem um caráter meramente financeiro e não possui uma proposta de atenuar a dependência dos produtores frente aos agentes mais poderosos da cadeia do tomate. Desta forma, o financiamento serve para a compra de insumos e naturalmente para a manutenção da dependência frente ao capital financeiro, já que sem o financiamento as condições de produção são mais remotas. A ausência de uma proposta de cooperativismo e até de diversificação produtiva e fomento de novos mercados contribui para uma dependência exagerada dos produtores com os grandes agentes da cadeia. O Pronaf, enquanto política pública, poderia ter um papel mais social além de econômico.

A pressão da concorrência impõe aos agricultores a permanente modernização técnica, que é financiada pelo sistema financeiro. O preço dos alimentos se forma em bolsa de valores, cujas cotações orientam as decisões de plantio dos agricultores. O produtor rural se subordina ao circuito das finanças globais. Mesmo em São José de Ubá percebemos essa articulação entre o local e

o global articulado pelo sistema financeiro. O que percebemos através de nossa análises e entrevistas é que o processo de subordinação do pequeno produtor rural é cada vez maior, tanto no que se refere à dependência dos insumos comprados da indústria a montante quanto à comercialização do tomate, já que os principais compradores conseguem rebaixar muito a faixa de preço.

A cultura do tomate requer um cuidado intensivo desde o preparo à colheita. A forma de inserção do tomate no mercado requer um constante custo de manutenção e proteção contra pragas. Se faz necessária uma capitalização inicial através de crédito no sistema financeiro para disponibilizar de recursos técnicos que darão conta da lavoura. Esses recursos são as sementes selecionadas, combustível para motores do maquinário agrícola, fungicidas, adubos e outras técnicas de preparo do cultivo.

**CAPÍTULO 3**

**O CIRCUITO PRODUTIVO DO TOMATE:**

**COMERCIALIZAÇÃO E SUBORDINAÇÃO DA AGRICULTURA**

**FAMILIAR**

Neste capítulo é feita uma análise do circuito de produção e comercialização do tomate. Entendemos assim como os agricultores familiares se tornam sujeitos subordinados à dinâmica do mercado. Analisamos especificamente as estratégias de comercialização e como ocorre a sujeição do produtor ao intermediário (atravessador). Por fim, analisamos as limitações do crédito rural, as entrevistas realizadas junto aos agricultores familiares e tentamos apontar algum caminho frente ao “emaranhado” de problemas que vivenciam os agricultores familiares.

### **3.1 A FALÊNCIA DO MERCADO DO PRODUTOR RURAL E O PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO DO AGRICULTOR NO CIRCUITO DE COMERCIALIZAÇÃO**

A atual forma de comercialização do tomate reduz a importância do agricultor, já que este fica subordinado aos grandes compradores que financiam sua produção e estabelecem um preço alvo para a caixa do tomate. A desestruturação do Mercado do Produtor Rural de São José de Ubá na década de 1990 foi um marco decisivo para a perda de autonomia e sustentabilidade para muitos produtores rurais. Com o funcionamento pleno do Mercado, era possível estabelecer uma zona de negociação onde os preços oscilavam livremente de acordo com a principal lei que rege o mercado: a oferta e a procura. Assim, os produtores rurais tinham condições de negociação, já que o mercado se auto-regulava e estabelecia o que era positivo ou negativo em termos de preço. Uma gerência adequada e eleita pelos representantes e produtores rurais viabilizava o

funcionamento do mercado e o gerenciamento de inúmeros projetos e atividades produtivas que davam suporte ao produtor. Esse podia contar com um custeamento do frete e das caixas de tomate garantidas pelo Mercado do Produtor a um preço subsidiado. O funcionamento pleno do Mercado era o principal responsável pela atração de inúmeros caminhões de diversas regiões do estado do Rio de Janeiro e de diferentes estados do Brasil. Essa centralidade exercida pelo município onde a produção de tomate é a principal atividade era responsável por uma dinamização de diversos setores produtivos, como comércio e prestação de serviços diversificados. Percebemos assim como um marco cristalizado como é o Mercado do Produtor exercia uma polarização de diferentes fluxos e aumentava a espacialidade do tomate oriundo de Ubá. Os fluxos exercidos por essa produção colocavam um município de características locais em um circuito global de comercialização, que vem desde a indústria a montante até as áreas de consumo da produção.

Ao longo dos últimos dez anos, a perda da importância do Mercado do Produtor frente aos compradores diretos nas propriedades, reduziu também o grau de autonomia dos produtores rurais. A compra direta inibe a concorrência e a flutuação do preço da produção que em geral é colocado em uma base que diminui a rentabilidade do produtor rural. O esquema funciona da seguinte maneira: o produtor rural em geral descapitalizado ou com algum tipo de dívida da safra anterior, onde nem o Banco do Brasil que estabelece a principal linha de crédito para o município junto ao Pronaf disponibiliza capital para este produtor (em razão de dívidas não alienadas ou problemas em relação à escritura da propriedade), acaba garantindo crédito com as grandes firmas compradoras de

sua produção e é obrigado a vender pelo preço pré-estabelecido no início do contrato, realizando assim um sistema de opção de compra. Essas grandes firmas são transportadoras oriundas principalmente do estado de São Paulo que estabelecem um circuito de comercialização a nível nacional e revendem para as grandes cadeias de supermercados.

Atualmente o Mercado do Produtor funciona três dias por semana de maneira parcial. Não existe uma gestão eficiente que garanta uma organização dos agricultores e a luta coletiva por direitos e autonomia no circuito produtivo e de comercialização. O “pregão” do Mercado é limitado, visto que muitos produtores não levam mais suas produções para o Mercado, e sim comercializam direto nas propriedades, o que em geral, resulta na depreciação do valor da produção.

### **3.2 OPÇÃO DE COMPRA: UMA ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO DAS GRANDES FIRMAS COMPRADORAS DE TOMATE**

O mercado de opções representa uma das linhas mais avançadas de instrumentos de política de comercialização agrícola, representando um seguro de preço. Existem alguns relatos bem antigos de contratos semelhantes às opções. Podemos citar a conhecida história do eminente filósofo e matemático Thales na Grécia antiga: pelo estudo das estrelas, ele prevê uma grande colheita de azeitonas para o ano seguinte. Estando fora da temporada, adquire o direito de usar os armazéns no ano seguinte, pagando uma pequena taxa (prêmio). Quando a colheita explode na primavera, ele exerce seu direito de usar os depósitos e os aluga para produtores por preços bem maiores do que pagou. No jargão do

mercado de opções, Thales pagou um baixo prêmio por opções de compra do uso dos armazéns. Com a grande colheita, o prêmio das opções se valorizou e ele pôde ter lucro vendendo o direito ou exercendo o direito e alugando os depósitos.

Um caso famoso é o das Tulipas na Holanda, ou Tulipamania, que ocorreu no início do século XVII. A demanda por tulipas entre as elites nas cidades era enorme e aumentava cada vez mais. Para assegurar o preço de compra, os mercadores utilizavam opções de compra. Os fazendeiros, por sua vez, desejavam assegurar preços de venda e usavam opções de venda. Não tardou para que especuladores começassem a negociar essas opções em busca de lucro apenas na troca dos papéis. Quando o mercado de tulipas quebrou, muitos especuladores não honraram seus compromissos. As conseqüências para a economia foram devastadoras e as opções foram consideradas ilegais em muitos lugares (HISSA, 2007). Enquanto as opções foram usadas para o que elas serviam, que era controle de risco, foram extremamente positivas para os compradores. A insolvência e as quebraadeiras sempre estão relacionadas com a especulação e a compra e venda de direitos sem nenhuma relação com o produto adjacente (no caso de Ubá o tomate), pois quem tem o produto com custeio próprio, diminui bastante as chances de prejuízo.

O conceito de opções evoluiu a partir desse episódio, sempre relacionado, no início, à necessidade de controlar as flutuações de preços nos mercados de agricultura.

Mais uma vez, vemos que as opções são instrumentos de controle de risco pelos grandes compradores de tomate, ou seja, garantem a compra da produção

por um preço pré-fixado a partir do fornecimento de um “prêmio” para o agricultor supostamente financiar a sua produção.

Temos o exemplo do Sr. Aguinaldo, um produtor de tomate de porte intermediário (produz cerca de 1000 pés de tomate) e que vende sua produção integralmente para um grande comprador de São Paulo. Antes de entrar no exemplo é necessário saber algumas informações básicas: cada pé de tomate produz aproximadamente quatro caixas (com vinte e cinco quilos cada uma) ao final da safra, sendo que cada 1000 pés de tomate tem um custo produtivo (entre mão-de-obra, insumos etc) de aproximadamente dois mil reais (dados de 2006). Assim, em janeiro de 2006 a empresa CIRO (grande compradora de tomate e revendedora para os supermercados de São Paulo) ofereceu um “prêmio” de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o Sr. Aguinaldo iniciar a safra de tomate. Com este prêmio ele daria início ao processo de produção, ou seja, aquisição de sementes, agrotóxicos necessários, preparação da terra e pagamento da mão-de-obra e teria a obrigação de vender ao final da safra (entre setembro e outubro) cerca de 4 mil caixas de tomate ao preço fixo de R\$ 3,00 por unidade, independente do preço do tomate nos dias de entrega da produção. Infelizmente o custo produtivo do Sr. Aguinaldo superou em aproximadamente dois mil reais em razão do aumento da carga de agrotóxico na produção e encarecimento do preço da semente (até então o prejuízo é exclusivamente do produtor já que o contrato estava pré-fixado). Dessa maneira temos o seguinte desdobramento: ao final da safra, o Sr. Aguinaldo obteve um lucro bruto de R\$ 12.000,00 (4 mil caixas x 3,00) e um lucro líquido de R\$ 8.000,00 (12 mil – 2 mil do prêmio – 2 mil dos custos adicionais) o que resulta em aproximadamente R\$ 800,00 por mês levando em consideração 10

meses de trabalho. Contudo, partindo para uma análise mais precisa, percebemos que nos quatro dias da entrega da produção (mil caixas por caminhão) o preço do tomate no Mercado do produtor oscilou entre R\$ 5,00 e R\$ 12,00 reais a caixa. Fazendo uma média simples, a caixa de tomate no mercado custou nesses quatro dias cerca de R\$ 8,50. Se a empresa CIRO resolvesse realizar um lucro rápido, baseado na especulação realizada no início da safra ela teria o seguinte procedimento: custo da compra de tomate com o Sr. Aguinaldo R\$ 12.000,00; venda do tomate no Mercado do Produtor (R\$ 8,50 x 4 mil caixas) R\$ 34.000,00; e finalmente lucro líquido de R\$ 22.000,00 (183% sem sair do município). Contudo, em uma matemática mais simples, é mais lucrativo para a CIRO revender a produção no mercado paulista onde o preço de cada quilo de tomate para a revenda é de aproximadamente R\$ 0,75 (com preço final de R\$ 1,50). Lembrando que cada caixa possui aproximadamente 25 kg e a CIRO dispõe de 4 mil caixas, ou seja, 100 toneladas de tomate que seriam comercializadas em SP ao lucro bruto de R\$ 75.000,00 (100 ton. x R\$ 0,75) e líquido de R\$ 63.000,00 (525% para revender em SP). O mais interessante é que naquele mesmo período a CIRO realizava essa mesma operação com outros 17 produtores do município de São José de Ubá e aproximadamente 30 produtores da Região Centro –Sul Fluminense, envolvendo Paty do Alferes e Vassouras. É importante destacar que no mercado de opções o vendedor é obrigado a ceder a produção no preço pré-estabelecido, mas o comprador não é obrigado a comprar, sendo o único inconveniente a perda do prêmio. Suponha que durante os dias de entrega e fechamento do contrato (R\$ 3,00 a caixa), o tomate estivesse custando R\$ 1,50 no mercado. A empresa não seria obrigada a comprar a produção do Sr. Aguinaldo,

este por sua vez não era obrigado a devolver o prêmio. Por esse lado a estratégia da opção de compra foi utilizado como controle de risco pelo Sr. Aguinaldo

Identificamos como os principais intermediários empresas ligadas ao setor de transporte de cargas que prestam serviços para outras cadeias produtivas, como por exemplo os supermercados. Por uma questão política, a identificação de tais intermediários foi dificultada por não fornecimento de nomes e CNPJ nas entrevistas com produtores e caminhoneiros.

### **3.3 O CIRCUITO PRODUTIVO DO TOMATE EM UM MERCADO DESIGUAL E COMPETITIVO**

É incontestável que o valor dos créditos seja insuficiente para financiar plenamente o desenvolvimento agrícola, em bases modernas de produção e com maiores possibilidades de competição frente ao mercado, mas ao mesmo tempo é um resultado que não surpreende, pois a opção política pela agricultura familiar é um fato muito recente na história do país. Mesmo insuficiente, os agricultores familiares avaliam o crédito rural recebido como importante para o desempenho econômico das unidades produtivas e que sem esses incentivos não teriam conseguido incorporar algumas tecnologias e, de certa forma, modernizar parcialmente os estabelecimentos. Sem os créditos, a capacidade de investimento fica em um patamar mínimo.

A insuficiência dos créditos de um lado impõe sérias restrições ao desenvolvimento de um agricultor familiar mais moderno e com capacidade para se manter competitivo em um mercado cada vez mais exigente e hostil e de outro

mantém o potencial de acumulação da agricultura familiar muito baixo e cria um ciclo vicioso de reprodução da pobreza (BUAINAIN; ROMEIRO, GUANZIROLI, 2002). Em São José de Ubá, no caso da produção de tomate, principal atividade agrícola, o agricultor utiliza agrotóxicos e sementes selecionadas, mas tem dificuldades para manter os níveis de umidade exigidos para evitar fungos. Um número considerável de agricultores declarou utilizar quantidade insuficiente de defensivos no tomate, o que resulta em baixa produtividade e potencial de acumulação muito limitado. Em outras palavras, o agricultor familiar descapitalizado ou pouco capitalizado incorpora parcialmente as tecnologias disponíveis e reproduz uma tipologia de agricultura familiar que se insere de forma periférica no mercado. Os níveis produtivos do agricultor familiar e a renda bruta por eles declarada evidenciam que a acumulação realizada é bastante incipiente e, para a maioria deles, permite apenas a reprodução simples da família, mas seria exagero atribuir a esses sujeitos sociais acentuados níveis de pobreza, uma vez que as necessidades básicas são atendidas e as condições de vida superior à da periferia dos grandes centros urbanos. De acordo com as próprias palavras de um entrevistado no município de São José de Ubá, “tudo aqui depende do tomate, e se você andar por aí, vai perceber que não encontrará miséria [...] os agricultores até estão passando por dificuldades, mas miséria não tem!”.

Outras limitações foram identificadas na implementação da política de crédito rural. Muitos agricultores consideram o acesso a esse instrumento de política agrícola difícil devido fundamentalmente à burocracia, pois os agricultores familiares, com baixo nível de escolaridade, têm dificuldades de organizar a documentação exigida. Ocorre a demora para a liberação dos créditos (por isso

muitos optam por crédito direto com grandes firmas compradoras), créditos atrelados a produtos específicos (como era o caso do Programa Frutificar em 1998 que só liberava o crédito para maracujá e abacaxi), a utilização da terra como hipoteca para os financiamentos em alguns casos etc. Assim, o crédito se torna um instrumento paradoxal de libertação e aprisionamento do produtor. Muitos enxergam o crédito com um dos principais meios de produção, contudo ficam atrelados àquele sistema que muitas vezes pode levá-los à falência. Dessa maneira, percebemos que a reprodução do sistema de crédito num primeiro momento é positiva, mas não deixa de ser um instrumento capitalista que mantém o agricultor atrelado e dependente do sistema financeiro. Infelizmente a atual forma de produção agrícola “joga” o agricultor para um elo de relações comerciais que o obriga a adquirir o crédito para uma inserção viável no mercado.

Desorganizados, os agricultores familiares, individualmente, enfrentam os gargalos da comercialização com mais fragilidade. As dificuldades de acesso e de articulação com as quais esses sujeitos sociais se inserem no mercado estão relacionadas à pequena quantidade produzida, à dispersão espacial dos agricultores, à desinformação sobre a dinâmica do mercado, à inexistência de infra-estrutura para armazenar e à fragilidade financeira do agricultor que o obriga a vender a produção na safra, quando os preços são menores, ou até mesmo antes, em alguns casos.

Tomemos como referência o exemplo da estrutura de comercialização do tomate, por ser a atividade agrícola mais importante do município e representar a principal fonte de renda da maioria dos agricultores familiares. A cadeia de comercialização do tomate é bem estruturada, mas sua organização é

determinada pelo mercado em conformidade com suas estratégias de acumulação ampliada de capital. Os personagens da cadeia comercial do tomate consistem nas seguintes figuras: produtor, comerciante (representante da indústria a montante, ou seja, vendedor dos implementos agrícolas), comprador (em geral pessoa jurídica de fora da cidade e atua mais como atravessado em grande quantidade do que comprador final) e por fim, estabelecendo uma espécie de centralidade da cadeia está o gestor financeiro (bancos e instituições de crédito)<sup>13</sup>. Ocorre, portanto, uma sujeição acentuada dos agricultores familiares ao comerciante local, responsável pela venda dos fungicidas, adubos, sementes, fertilizantes e maquinário, uma vez que os agricultores dependem constantemente de tais produtos. E ainda, ao ser financiado pelo comprador, o agricultor assume compromisso de exclusividade de venda para o mesmo, reduzindo consideravelmente sua autonomia frente ao mercado. Na prática o agricultor familiar vem se tornando um empregado das grandes firmas compradoras sem nenhum vínculo trabalhista institucional. Em determinadas épocas, duas ou três firmas compradoras centralizam a comercialização da maior parte do tomate produzido no município e levam para revender em São Paulo.

No ano de 2006, por exemplo, uma seqüência de compradores intermediários (atravessadores) de grande porte dominaram a cadeia comercial e diminuíram substancialmente os preços pagos aos produtores. Organizada dessa forma, a estrutura comercial amplia a acumulação realizada na circulação e reduz a da esfera produtiva, o que implica em uma sujeição acentuada do agricultor

---

<sup>13</sup> É importante destacar que no caso de São José de Ubá, a figura do gestor financeiro pode ser a mesma do comprador, visto que muitos compradores financiam a produção de muitos agricultores familiares.

familiar ao capital comercial e às novas formas de articulação dos “grandes agentes” no mercado.

O que ocorre de forma geral é que o agricultor familiar “compra os insumos do último elo da cadeia alimentar em se tratando da fase anterior ao sistema produtivo, isto é, antes da porteira [...] e vende os produtos para o primeiro elo da cadeia alimentar da fase posterior ao sistema produtivo, isto é, depois da porteira” (BLUM, 2001, p.95). Em outras palavras, o agricultor familiar compra insumos caros e vende a produção a preços baixos. A redução dos intermediários, tanto na fase anterior quanto na posterior do sistema produtivo, contribuiria para melhorar o sistema de comercialização. Uma das alternativas para reduzir os intermediários seria a organização dos agricultores familiares em associações de produtores para a criação de estratégias de comercialização em condições mais vantajosas.

Isoladamente, esse sujeito social não tem condições de ter acesso e interpretar informações complexas sobre uma extensa rede de comercialização que muitas vezes extrapola os limites nacionais. Estamos aqui nos referindo a um agricultor familiar com baixa escolarização e integrante de uma sociedade marcada pela ausência de participação da população na formação da nação e pelo exercício falho da cidadania (Carvalho, 1998). Uma sociedade com tais características, ajuda a entender a escassez e a dificuldade de formação de capital social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esses cinco anos de estudo sobre a agricultura familiar e conseqüente reflexão tenho a satisfação de ter encontrado um caminho que me possibilitou conhecer, aprendendo.

Nesse aprendizado, nunca é demais destacar que no Brasil, a agricultura familiar engloba 4,2 milhões de propriedades, emprega 14 milhões de pessoas, 77% da mão-de-obra rural. Além disso, ela é responsável por 38% da produção agrícola e muitos produtos que compõem a cesta básica são advindos dela.

E no município de São José de Ubá não é diferente, a agricultura familiar tem um grande destaque para a dinâmica socioeconômica municipal. A produção familiar de tomate é responsável pela geração de renda para milhares de pessoas que estão no campo e na cidade, seja na agricultura ou não.

Para aumentar a eficiência econômica da agricultura familiar faz-se necessário a interferência direta do Estado na organização dos mercados agrícolas a exemplo do que ocorre em muitos países desenvolvidos, onde a agricultura é um dos segmentos produtivos mais controlados pelo Estado. Face às limitações constatadas na estrutura de comercialização do município, a implementação de políticas de preços, o aperfeiçoamento e a ampliação do acesso às informações sobre o mercado, a criação de mecanismos de controle sobre a oferta e a demanda da produção agrícola, o desenvolvimento da infraestrutura de comercialização e a autonomia em relação ao sistema financeiro através de associações, são algumas das interferências que o Estado deve efetuar na organização e no planejamento da estrutura de comercialização.

Aparentemente, o contexto socioeconômico de São José de Ubá não é favorável para o desenvolvimento da pluriatividade. A vocação econômica da agricultura familiar converge para atividades essencialmente agrícolas. Tudo indica que a estratégia de desenvolvimento rural mais apropriada seria a implementação de políticas públicas direcionadas à produção agrícola e que assegurassem melhores condições de produção à agricultura familiar, como redução da influência de grandes compradores intermediários através de uma organização mais efetiva do mercado centralizada no Mercado do Produtor. Portanto, a comercialização da produção é um fator que merece atenção pois os produtores ficam vulneráveis à intermediação. Constata-se que a grande dificuldade da agricultura familiar não é produzir, mas sim ter o retorno via mercado do valor gerado na atividade agropecuária.

Outrossim, o comportamento do agricultor familiar, com uma tendência à individualização do trabalho, no sentido de restringir-se aos membros do grupo familiar do estabelecimento, pode ser a expressão de uma característica da reprodução desse sujeito social, o que resulta na debilidade dos instrumentos que os organizam e os representam. Diante das dificuldades em assegurarem a reprodução da família, tão comum a esses sujeitos sociais, as alternativas não são buscadas no plano coletivo, mas individualmente.

Grande parte dos problemas atrelados à produção e comercialização poderiam ser melhor conduzidos se esses sujeitos sociais se organizassem e participassem de associações que realmente os representassem. As associações, em seu sentido pleno, abrem perspectivas para a criação de capital social e ainda, fomentam a capacitação do produtor rural, no sentido deste poder ter acesso a

serviços e informações, encontrar e usar oportunidades diversificadas para solução de problemas e aumentar a sua capacidade de inovação (Bicalho, 1998). Entendido como “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (ABRAMOVAY, 2003, p.84), o capital social possibilita a conquista de objetivos que não seriam plausíveis na sua ausência (Abramovay, 2003). No caso das associações, a criação de capital social poderia desenvolver níveis de organização e assim possibilitar conquistas e autonomias que os agricultores familiares individualmente não atingiriam.

Apesar de todas as limitações identificadas, são inegáveis os avanços obtidos pelas condições de produção da agricultura familiar, garantindo principalmente alimentos, empregos e renda no meio rural. Esses avanços, ao contribuírem para frear o êxodo rural e fixar os agricultores familiares no campo, estão assegurando-lhes condições de vida muito superiores às que obteriam se tivesse migrado para a periferia dos grandes centros urbanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Anpocs; Unicamp: Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. 149 p.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (org) *Agricultura Familiar realidades e perspectivas*. Passos Fundos: Edi UPF, 1999, p. 147-173.

BECKER, D. F. *A economia política contemporânea: algumas considerações lógico-metodológicas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BICALHO. Ana Maria de Souza Mello. Desenvolvimento rural sustentável e geografia agrária. In: XII Encontro Nacional de Geografia Agrária. 8, 1998.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 406 p. p. 57-104.

BRUM, A.J. *Modernização da Agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BUAINAIN, A. M. *Trajetória recente da política agrícola brasileira*. Campinas: Projeto UTF/FAO/036/BRA, 1997.

BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo (RS). *Anais...* Passo Fundo: SOBER, 2002. CD ROM.

CARVALHO, José Murilo. Brasil: nações imaginadas. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Humanitas, 1998.

- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra S.A. 2000.
- CEZAR, L. H. da S. *A horticultura do tomate e a organização do território em São José de Ubá - noroeste fluminense*. 2001. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CORRÊA, R. L. *Redes, fluxos e territórios – uma introdução*. Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 1993.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: Transformações na base técnica da agricultura e constituição do Complexo Agroindustrial - "CAI"*. Editora Ícone, SP, pg.33-37,1985.
- EMATER – RIO. Escritório Regional de Itaperuna, 2003.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar*. João Pessoa: AGB, 2002. CD-ROM.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 362 p.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 245 p.
- GRAZIANO da SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.
- GRAZIANO da SILVA & DEL GROSSI. *A pluriatividade da agropecuária Brasileira em 1995*. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/sober1.html>. Acesso em 05/05/2004.
- HAESBAERT. R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

HISSA, M. *Investindo em Opções: como aumentar seu capital operando com segurança*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

IBGE. *Censo Agropecuário 1995/96*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LAMARCHE, H. (Coord.) *A agricultura familiar I: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp. 1993.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). *Agricultura familiar: volume II do mito à realidade*. Campinas: Unicamp, 1998. 348 p.

LAMEGO, A. R. *O homem e a serra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. 454p.

MACHADO, L. O. Sociedade urbana, inovações tecnológicas e a nova geopolítica. *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro, 22 (43-44): 398-403, 1992.

MARAFON, Gláucio José. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. *Geo UERJ – Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 03, p. 7-21. Jun. 1998.

MARQUES, M. I. M. *A atualidade do uso do conceito de camponês*. João Pessoa: AGB, 2002. CD-ROM.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. *A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995*. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro - Rj, v.11, p.26-52, 1998.

MEDEIROS, S. M. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ e UNRISD, 2002. 127 p.

MOLINA FILHO, J. & BURKE, T. J. *Fundamentos teóricos e instrumentos para a assistência à agricultura*. Piracicaba: Esalq, 1979. 86 p.

PINHEIRO DA SILVA, Augusto César. *Gestão do Território: As Práticas Corporativas de uma Empresa para a Gestão do seu Território – o caso da Fleischmann & Royal no Noroeste Fluminense*. 249 p. Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências, PPGG, UFRJ. 1996.

PRADO JR., Caio. Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural (1946). In: *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 10. ed., 1977.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FAO/INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília: MDA/INCRA, 2000.

RIBEIRO, M. A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. A. (Orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. 208 p. p. 13-26.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. dos. *Agricultura Familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002b.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 359 p.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SILVA, Eduardo Sol Oliveira da. Estudos sobre agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro: a ausência do PRONAF na Região Noroeste Fluminense. *Geo UERJ – Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 75-81. 1º semestre de 2003.

VEIGA, José Eli da, et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. *Série Textos para Discussão n° 1*. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/ CNDRS/ Nead), 2001. 108 p.

WANDERLEY, M. N. B. Brasil: exploração familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. *A Agricultura Familiar*. Paris: L'Harmattan, 1994. v. 2, p. 20-27.

WANDERLEY, Maria de N. B. A modernização sob o comando da terra – os impasses da agricultura moderna no Brasil. *Idéias*, Campinas, ano 3, n. 2, p. 25-54. jul-dez. 1996.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. *Estudos: Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, CPDA. N 33. 2003.

## **ANEXOS**

### **QUESTÕES DA ENTREVISTA JUNTO AOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ**

- 1. O SR.(A) ESTÁ A QUANTO TEMPO NESTA ATIVIDADE?**
- 2. QUAL A ORIGEM DA PROPRIEDADE?**
- 3. COM RELAÇÃO AO USO DA TERRA, EM PERCENTAGEM, COMO SE DIVIDE A SUA PROPRIEDADE? (CULTURAS, PASTAGEM, INAPROVEITÁVEIS, OUTROS).**
- 4. COM RELAÇÃO AO SISTEMA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA, QUAIS ATIVIDADES O SR.(A) DESENVOLVE NA PROPRIEDADE? (PECUÁRIA, AGRICULTURA ETC)**
- 5. QUE TÉCNICAS E TECNOLOGIAS O SR.(A) USA NA PROPRIEDADE?**
- 6. RECEBE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE QUEM? COM QUE FREQUENCIA?**
- 7. QUAL O DESTINO DA PRODUÇÃO? (CONSUMO PRÓPRIO, VENDA DIRETA PARA O CONSUMIDOR, PARA INTERMEDIÁRIO, PARA EXPORTAÇÃO, OUTRO).**
- 8. QUE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS O SR. TEM? QUANDO ADQUIRIU?**
- 9. JÁ REALIZOU FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS? QUANDO E PARA QUE? CONHECE O PRONAF?**
- 10. CONTRATA EMPREGADOS? QUANDO E PARA QUAL SERVIÇO?**

**11. QUAL A PARTICIPAÇÃO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NA RENDA FAMILIAR? TEM OUTRAS FONTES DE RENDA?**

**12. NA SUA OPINIÃO QUE FATORES FACILITAM E/ OU DIFICULTAM A ATIVIDADE AGRÍCOLA?**

**13. QUAIS SÃO SEUS PLANOS COM RELAÇÃO AO SEU TRABALHO NA AGRICULTURA E COM O QUE VOCÊ PRODUZ? E SEUS FILHOS, O QUE PENSAM SOBRE CONTINUAR NESTA MESMA ATIVIDADE?**

TABELA 1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR										
VARIÁVEL = NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (UNIDADE)										
GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA = TOTAL										
ANO = 1996										
Unidade da Federação e Mesorregião Geográfica	Condição do produtor	Grupos de área total								
		Total	Menos de 1 ha	1 a menos de 5 ha	5 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha	500 a menos de 2.000 ha
Rio de Janeiro	Proprietário	42.228	3.655	8.406	16.460	7.496	3.962	2.538	1.683	656
	Arrendatário	2.270	364	476	490	356	217	147	83	11
	Parceiro	6.608	2.335	3.255	926	140	41	24	14	3
	Ocupante	2.574	563	1116	552	209	61	29	22	1
Noroeste Fluminense - RJ	Proprietário	8.266	355	1216	3.326	1.894	1.002	545	318	65
	Arrendatário	335	16	75	147	78	31	12	5	1
	Parceiro	1.887	267	1173	301	43	9	1	1	-
	Ocupante	330	54	98	92	47	14	4	4	1
Norte Fluminense - RJ	Proprietário	13.391	1.415	3.003	4.070	2.100	1.090	619	437	179
	Arrendatário	242	17	64	99	32	17	13	13	3
	Parceiro	680	297	186	115	21	16	10	2	3
	Ocupante	715	163	358	117	38	10	5	4	-
Centro Fluminense - RJ	Proprietário	6.603	180	656	2.017	1.593	871	591	296	95
	Arrendatário	661	95	149	118	111	72	32	14	1
	Parceiro	1.683	364	943	227	45	10	10	4	-
	Ocupante	348	29	170	95	35	10	9	4	-
Baixadas - RJ	Proprietário	2.061	160	525	630	286	145	112	125	75
	Arrendatário	41	4	14	13	5	2	1	3	-
	Parceiro	53	3	25	24	2	-	-	-	-
	Ocupante	160	17	64	46	13	3	1	2	-
Sul Fluminense - RJ	Proprietário	3.180	131	388	555	686	509	453	318	91
	Arrendatário	433	10	52	55	95	85	86	44	5
	Parceiro	46	3	6	16	8	4	1	7	-
	Ocupante	225	27	58	79	43	11	8	6	-
Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ	Proprietário	8.727	1.414	2818	3.462	937	345	218	189	71
	Arrendatário	558	222	172	83	35	10	3	4	1
	Parceiro	2.259	1.401	647	162	21	2	2	-	-
	Ocupante	796	273	208	163	33	13	2	2	-

TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL E CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS										
VARIÁVEL = NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (UNIDADE)										
ANO = 1996										
Unidade da Federação e Mesorregião Geográfica	Condição legal das terras	Grupos de área total								
		Total	Menos de 2 ha	2 a menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha	500 a menos de 5.000 ha
Rio de Janeiro	Terras próprias	42.216	5.657	12.633	6.734	7.495	3.962	2.538	1.683	656
	Terras arrendadas	2.817	471	721	331	483	316	219	131	31
	Terras em parceria	6.992	3.354	2.837	354	217	75	45	27	8
	Terras ocupadas	2.917	1106	1113	333	271	88	37	30	2
Noroeste Fluminense - RJ	Terras próprias	8.262	556	1922	1.612	1.893	1.002	545	318	65
	Terras arrendadas	468	35	62	90	122	54	27	15	2
	Terras em parceria	1.963	570	807	108	56	16	10	4	-
	Terras ocupadas	407	97	86	63	66	27	7	6	1
Norte Fluminense - RJ	Terras próprias	13.390	2.415	4.510	1.942	2.100	1.090	619	437	239
	Terras arrendadas	363	39	58	70	56	36	22	21	5
	Terras em parceria	776	390	150	59	38	25	11	4	4
	Terras ocupadas	772	270	197	58	50	14	5	6	-
Centro Fluminense - RJ	Terras próprias	6.603	280	1581	1.208	1.593	871	591	296	115
	Terras arrendadas	769	196	124	85	136	95	50	22	3
	Terras em parceria	1.801	766	513	100	76	21	17	8	3
	Terras ocupadas	391	131	108	47	50	15	9	4	1
Baixadas - RJ	Terras próprias	2.061	260	807	302	286	145	112	125	65
	Terras arrendadas	50	9	10	7	7	4	1	4	-
	Terras em parceria	64	6	22	8	3	3	1	-	1

	<b>Terras ocupadas</b>	178	28	49	44	13	5	1	3	-
<b>Sul Fluminense - RJ</b>	<b>Terras próprias</b>	3.180	231	465	360	686	509	453	318	101
	<b>Terras arrendadas</b>	530	21	33	42	113	105	110	62	9
	<b>Terras em parceria</b>	51	3	5	11	10	4	2	7	-
	<b>Terras ocupadas</b>	243	40	39	37	50	12	11	7	-
<b>Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ</b>	<b>Terras próprias</b>	8.720	2.415	3.948	1.310	937	345	218	189	71
	<b>Terras arrendadas</b>	637	225	134	37	49	22	9	7	2
	<b>Terras em parceria</b>	2.337	1.709	340	68	34	6	4	4	-
	<b>Terras ocupadas</b>	926	400	234	84	42	15	4	4	-

**TABELA 3: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO  
CATEGORIAS FAMILIARES POR TIPO DE RENDA E PATRONAL.  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

<b>Categorias</b>	<b>Estabelecimentos</b>		<b>Área Total</b>		<b>Valor Bruto da Produção</b>	
	<b>Número</b>	<b>%</b>	<b>Hectares</b>	<b>%</b>	<b>1000 Reais</b>	<b>%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>53.680</b>	<b>100,0</b>	<b>2.416.304.607</b>	<b>100,0</b>	<b>630.441</b>	<b>100,0</b>
Total Familiar	42.883	79,9	779.995.420	32,3	260.451	41,3
maiores rendas	5.684	10,6	192.825.947	8,0	142.774	22,6
renda média	10.641	19,8	236.021.016	9,8	67.635	10,7
renda baixa	7.509	14,0	110.818.682	4,6	21.999	3,5
quase sem renda	19.049	35,5	240.329.775	9,9	28.044	4,4
Patronal	10.114	18,8	1.615.596.344	66,9	365.821	58,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE.

TABELA 4: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL E CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS									
VARIÁVEL = NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (UNIDADE)									
ANO = 1996									
Microrregião Geográfica	Condição legal das terras	Grupos de área total							
		Total	Menos de 1 ha	1 a menos de 5 ha	5 a menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 2.000 ha
Itaperuna - RJ	Terras próprias	4.487	237	566	620	808	1.061	614	555
	Terras arrendadas	218	8	30	25	31	57	34	23
	Terras em parceria	1.241	70	743	259	77	32	7	8
	Terras ocupadas	205	27	58	27	30	40	20	4
Santo Antônio de Pádua - RJ	Terras próprias	3.775	119	650	706	804	832	388	290
	Terras arrendadas	250	7	46	30	59	65	20	14
	Terras em parceria	722	200	433	56	31	24	9	5
	Terras ocupadas	202	30	62	27	33	26	7	3

TABELA 5 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL E CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS													
VARIÁVEL = NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (UNIDADE)													
ANO = 1996													
Mesorregião Geográfica e Microrregião Geográfica	Condição legal das terras	Grupos de área total											
		Total	Menos de 1 ha	1 a menos de 2 ha	2 a menos de 5 ha	5 a menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000 ha	1.000 a menos de 2.000 ha
Nordeste Fluminense - RJ	Terras próprias	8.262	356	216	922	1.326	1.612	1.893	1.002	545	318	55	14
	Terras arrendadas	468	15	26	62	55	90	122	54	27	15	2	-
	Terras em parceria	1.963	270	376	807	315	108	56	16	10	4	-	1
	Terras ocupadas	407	57	40	86	54	63	66	27	7	6	1	-

TABELA 6 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR										
VARIÁVEL = NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (UNIDADE)										
GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA = TOTAL										
ANO = 1996										
Mesorregião Geográfica	Condição do produtor	Grupos de área total								
		Total	Menos de 1 ha	1 a menos de 5 ha	5 a menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 5.000 ha
Noroeste Fluminense - RJ	Total	10.818	692	2652	1.716	1.817	2.062	1.056	562	388
	Proprietário	8.266	355	1216	1.326	1.612	1.894	1.002	545	358
	Arrendatário	335	16	75	47	61	78	31	12	5
	Parceiro	1.887	267	1173	301	92	43	9	1	1
	Ocupante	330	54	138	42	52	47	14	4	4
Norte Fluminense - RJ	Total	15.028	1.892	4.261	2.281	2.069	2.191	1.133	647	656
	Proprietário	13.391	1.415	3.003	2.070	1.942	2.100	1.090	619	537
	Arrendatário	242	17	14	49	37	32	17	13	13
	Parceiro	680	297	86	65	41	21	16	10	2
	Ocupante	715	163	358	97	49	38	10	5	4

TABELA 7: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR													
VARIÁVEL = NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (UNIDADE)													
GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA = TOTAL													
ANO = 1996													
Microrregião Geográfica	Condição do produtor	Grupos de área total											
		Total	Menos de 1 ha	1 a menos de 2 ha	2 a menos de 5 ha	5 a menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000 ha	1.000 a menos de 2.000 ha
Itaperuna - RJ	Total	6.015	340	237	1.170	920	916	1.155	643	365	216	37	11
	Proprietário	4.490	236	66	468	620	808	1.062	614	355	211	35	10
	Arrendatário	160	9	10	27	23	20	40	18	8	4	1	-

	<b>Parceiro</b>	1.211	70	143	642	256	68	27	3	-	1	-	1
	<b>Ocupante</b>	154	25	18	33	21	20	26	8	2	-	1	-
<b>Santo Antônio de Pádua - RJ</b>	<b>Total</b>	4.803	352	415	680	796	901	907	413	197	112	20	4
	<b>Proprietário</b>	3.776	119	150	454	706	804	832	388	190	107	20	4
	<b>Arrendatário</b>	175	7	15	32	24	41	38	13	4	1	-	-
	<b>Parceiro</b>	676	197	230	157	45	24	16	6	1	-	-	-
	<b>Ocupante</b>	176	29	20	37	21	32	21	6	2	4	-	-

<b>TABELA 8: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR LAÇO DE PARENTESCO COM O PRODUTOR - PRIMEIROS RESULTADOS DE 2006</b>					
<b>ANO = 2006</b>					
<b>Microrregião Geográfica</b>	<b>Laço de parentesco com o produtor</b>	<b>Variável</b>			
		<b>Número de estabelecimentos agropecuários (Unidade)</b>	<b>Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)</b>	<b>Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (Pessoas)</b>	<b>Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (Percentual)</b>
<b>Itaperuna - RJ</b>	<b>Total</b>	5.512	100,00	14.054	100,00
	<b>Com laço de parentesco com o produtor</b>	5.512	100,00	9.551	67,96
	<b>Sem laço de parentesco com o produtor</b>	1.600	29,03	4.503	32,04
<b>Santo Antônio de Pádua - RJ</b>	<b>Total</b>	4.811	100,00	10.602	100,00
	<b>Com laço de parentesco com o produtor</b>	4.811	100,00	8.030	75,74
	<b>Sem laço de parentesco com o produtor</b>	937	19,48	2.572	24,26

TABELA 9: QUANTIDADE PRODUZIDA, VALOR DA PRODUÇÃO, ÁREA PLANTADA E ÁREA COLHIDA DA LAVOURA TEMPORÁRIA							
LAVOURA TEMPORÁRIA = TOTAL							
ANO = 2006							
Unidade da Federação e Mesorregião Geográfica	Variável						
	Quantidade produzida	Valor da produção (Mil Reais)	Valor da produção (Percentual)	Área plantada (Hectare)	Área plantada (Percentual)	Área colhida (Hectare)	Área colhida (Percentual)
Rio de Janeiro	-	448.583	100,00	201.816	100,00	189.336	100,00
Noroeste Fluminense - RJ	-	77.126	100,00	15.846	100,00	15.846	100,00
Norte Fluminense - RJ	-	213.764	100,00	159.920	100,00	147.446	100,00
Centro Fluminense - RJ	-	55.632	100,00	8.646	100,00	8.646	100,00
Baixadas - RJ	-	14.807	100,00	7.189	100,00	7.183	100,00
Sul Fluminense - RJ	-	9.597	100,00	2.844	100,00	2.844	100,00
Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ	-	77.659	100,00	7.371	100,00	7.371	100,00

TABELA 10: RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO POR LAVOURA TEMPORÁRIA
VARIÁVEL = RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO (QUILOGRAMAS POR HECTARE)

<b>LAVOURA TEMPORÁRIA = TOMATE</b>				
<b>Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica e Microrregião Geográfica</b>	<b>Ano</b>			
	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	62.240	67.720	73.379	75.161
<b>Noroeste Fluminense - RJ</b>	73.250	81.731	77.704	81.171
<b>Norte Fluminense - RJ</b>	48.000	40.000	40.000	40.000
<b>Centro Fluminense - RJ</b>	55.042	62.111	61.934	62.128
<b>Baixadas - RJ</b>	-	-	-	-
<b>Sul Fluminense - RJ</b>	41.304	43.000	43.384	45.448
<b>Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ</b>	54.522	60.747	83.747	85.435
<b>Itaperuna - RJ</b>	56.652	67.829	67.301	81.528
<b>Santo Antônio de Pádua - RJ</b>	77.408	85.898	81.180	81.087
<b>Campos dos Goytacazes - RJ</b>	48.000	40.000	40.000	40.000
<b>Macaé - RJ</b>	-	-	-	-
<b>Três Rios - RJ</b>	35.000	75.472	75.941	77.454
<b>Cantagalo-Cordeiro - RJ</b>	43.956	46.883	48.837	49.632
<b>Nova Friburgo - RJ</b>	62.885	68.845	69.066	69.138
<b>Santa Maria Madalena - RJ</b>	47.120	47.120	47.741	47.741
<b>Bacia de São João - RJ</b>	-	-	-	-
<b>Lagos - RJ</b>	-	-	-	-
<b>Vale do Paraíba Fluminense - RJ</b>	36.000	41.666	41.666	46.666
<b>Barra do Piraí - RJ</b>	45.384	44.000	44.857	43.454
<b>Baía da Ilha Grande - RJ</b>	-	-	-	-
<b>Vassouras - RJ</b>	53.791	53.509	87.564	87.843
<b>Serrana - RJ</b>	56.506	80.305	77.239	81.136
<b>Macacu-Caceribu - RJ</b>	34.000	-	-	-
<b>Itaguaí - RJ</b>	-	-	-	-
<b>Rio de Janeiro - RJ</b>	-	-	-	-